

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

91F = 8,3
2001

REVOLUÇÃO DE 1930: A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
NO NOVO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

ALEOMAR CÂNDIDO DE MACÊDO



NATAL - RN/2000. 2

ALEOMAR CÂNDIDO DE MACEDO



REVOLUÇÃO DE 1930: A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
NO NOVO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Dr^a Denise Matos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Almir de Carvalho Bueno.

NATAL-RN/2000

“Toda revolução que não se levou a efeito
nos costumes e nas idéias, fracassa”.

CHATEAUBRIAND (1768-1848),
História da França.

governador revolucionário” pois o fato de ele ser alheio à política do estado seria uma boa solução naquele momento de transição revolucionária.¹⁰ Joffily foi escolhido para exercer o cargo interinamente. Mais tarde seria efetivado no cargo. ?

2.2 - Algumas considerações sobre os interventores

As interventorias constituíram um elemento importante nas relações do governo central com os estados. Representaram uma tentativa de enfraquecer as oligarquias regionais através da perda das suas autonomias relegadas ao ostracismo (pelo menos nos primeiros momentos). Vale salientar que esse desejo de expurgas as oligarquias do poder não era comum a todos os membros da revolução. Como observaremos, mais adiante, o controle do governo central sobre os grupos dominantes locais, viabilizados pelo sistema de interventorias, não foi absoluto e existiu sempre algum tipo de composição entre os interventores e as oligarquias locais mais poderosas como um meio de abrandar os conflitos. Este fato serviu também para evidenciar as contradições dentro do grupo que compunha as forças revolucionárias.

O primeiro interventor, Irineo Joffily, esteve no governo de outubro de 1930 a janeiro de 1931. Ao assumir Joffily deparou-se com uma situação das mais difíceis. O estado passava por uma grande crise financeira e o funcionalismo público estava com os salários atrasados há nove meses. Contava com o apoio da facção cafeísta enquanto os grupos tradicionais se mantinham distantes. Nos primeiros momentos, Joffily manteve as indicações feitas anteriormente pela Junta Governativa Militar, conservando Café Filho na Chefia de Segurança Pública e Pedro Dias Guimarães na Prefeitura de Natal. Nomeou o paraibano José de Borja Peregrino, para ajudante-de-ordem da Presidência do Estado.¹¹

A composição governamental de Joffily contemplava praticamente todas as correntes (o Dr. Nestor Lima, que fora auxiliar do governo Lamartine, ocupava o cargo de secretário-geral do estado) numa tentativa explícita de Távora de manter um equilíbrio político entre as diferentes facções. No entanto, tanto os militares como os políticos tradicionais eram contrários ao apoio dado à facção cafeísta.

¹⁰ Ibid., p. 64.

¹¹ Cf. MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. p. 80; LINDOSO, J. A. S., op. cit., pp. 71-73.

Aos meus pais Lauro (in memorian) e Edite,
pelo carinho, dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

À todos que contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Em especial à minha esposa, Sayonara, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis.

Ao professor Almir de Carvalho Bueno, orientador deste trabalho, pela dedicação e compreensão diante dos obstáculos surgidos.

À professora Francisca Aurinete, pela sua constante colaboração no decorrer deste curso.

Aos colegas do curso de História que incentivaram a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 - A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1930) | 8 |
| 1.1 - Pequenas considerações sobre o contexto internacional ? | 8 |
| 1.2 - O contexto brasileiro (1889-1930) | 10 |
| 1.3 - O contexto norte-riograndense na Primeira República: sociedade, economia e política | 16 |
| 2 - A DEFLAGRAÇÃO DA REVOLUÇÃO E A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS INTERVENTORES | 22 |
| 2.1 - Os primeiros momentos da Revolução no Rio Grande do Norte | 22 |
| 2.2 - Algumas considerações sobre os interventores | 25 |
| 3 - A RELAÇÃO INTERVENTORES – OLIGARQUIAS LOCAIS NO RIO GRANDE DO NORTE (1930-1935) | 36 |
| 3.1 - Primeiros conflitos | 38 |
| 3.2 - De Jofilly a Dutra: conflitos políticos, Constituinte Nacional e a rearticulação oligárquica | 40 |
| 3.3 - Mário Câmara: conflitos políticos, Constituinte Estadual e a volta da oligarquia ao poder | 45 |
| CONCLUSÃO | 49 |
| BIBLIOGRAFIA | 52 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é abordar a Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte a partir da problemática inserção do Estado no novo contexto político brasileiro abordando a política dos interventores e suas relações com a classe dominante local (oligarquia-coronelística) dentro de um processo de manipulação dessas correntes habilmente mantido pelo chefe do novo governo, Getúlio Vargas.

No contexto geral do movimento revolucionário de 1930 o estudo do período interventorial é de grande importância, visto que os primeiros problemas do Governo Provisório só começaram a surgir a partir da instalação dos governos locais que marcaram o início de uma nova fase nas políticas estaduais, caracterizada por uma constante instabilidade resultante das diferenças ideológicas dos componentes do grupo revolucionário.

Segundo Marlene Mariz, o Rio Grande do Norte apenas aderiu à revolução, pois no estado não havia um foco de oposição solidamente estruturado contra o governo federal no momento em que foi deflagrada a revolução. Com a pequena participação no movimento revolucionário, os efeitos só foram sentidos a partir da posse de Irineo Joffily, o primeiro interventor.¹ A partir de então, os governos dos interventores serão marcados pelas constantes insatisfações do grupo político tradicional e pela dificuldade em governar mediante problemas como a falta de unidade e apoio do governo central e a formação heterogênea do grupo revolucionário do estado.

Dentro de um contexto mais amplo da situação nacional, o Rio Grande do Norte integrava o sistema ficando à margem das decisões políticas nacionais. O novo modelo político introduzido com a Revolução de 1930 afastou do poder a oligarquia do Seridó, liderada por José Augusto e criou o sistema das interventorias para auxiliar o governo na sua política de centralização do poder.

Convocadas as eleições para a Constituinte Nacional em 1933 a velha oligarquia rearticulou-se e venceu o pleito. Com as eleições estaduais de 1934, ela voltou ao poder no Rio Grande do Norte. As dificuldades de relacionamento entre a oligarquia local e

¹ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)*, pp. 59-67.

os interventores ficaram claras ao se observar as campanhas eleitorais marcadas por acusações e práticas violentas que partiram de ambos os lados.

É a partir desses fatos, sobretudo da falta de apoio aos interventores por parte do Governo Provisório e que, por sua vez, favorecia o grupo político tradicional que nortearmos o estudo do jogo político entre interventores e oligarquia. !

p. 7

O trabalho envolve o estudo do material bibliográfico inerente ao tema da Revolução de 1930 no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Norte. Foram utilizados como fontes, artigos do jornal *A República* (órgão oficial do governo) e entrevistas de contemporâneos da revolução concedidas ao programa Memória Viva da TV Universitária da UFRN, publicadas em 1987.

O desenvolvimento do trabalho compreende três capítulos: no primeiro será abordado o contexto nacional da Primeira República ^{interventorismo?} no Brasil e no Rio Grande do Norte dando ênfase à crise de 1929 como fator agravante da crise na oligarquia dominante no período. A crise da política dos governadores e a ascensão do movimento tenentista aparecem como fatores importantes que influenciaram a Revolução de 1930. No Rio Grande do Norte a ascendência ao poder da oligarquia do Seridó comandada por José Augusto e de Café Filho na oposição surgem como fatores importantes do período.

No segundo capítulo enfatizaremos o momento da deflagração da Revolução no Rio Grande do Norte e a trajetória política dos interventores. Veremos que o quadro de agitações e divergências políticas teve início logo nos primeiros momentos que a revolução assume o poder no estado e se prolongará por todo o período interventorial.

No terceiro capítulo abordaremos as relações dos interventores com a oligarquia local enfatizando a luta política-partidária travada entre a facção de José Augusto (Partido Popular) e a facção de Mário Câmara (no final com o apoio de Café Filho formou-se a Aliança Social). As lutas iniciaram-se com as eleições de 1933 para a Constituinte Nacional e encerraram-se com as eleições estaduais de 1934 marcando a volta do grupo oligárquico ao poder. (1889 -) esta temporal.

De um modo geral o estudo tenta mostrar que as lutas políticas do período ocorreram mais no plano interno estadual e os conflitos sempre foram manipulados por Vargas de forma que ele não se comprometia com nenhum dos grupos em luta.

1 - A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1930)

1.1 – Pequenas considerações sobre o contexto internacional

Inicialmente, são importantes algumas considerações sobre o contexto internacional, sobretudo no que diz respeito à década de 1920 e à crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, pois, como afirma Boris Fausto, os acontecimentos que se desenrolaram no Brasil entre meados de 1929 e outubro de 1930, e nos primeiros anos após 1930, não podem ser entendidos sem levar em conta as condições peculiares “nacionais e internacionais” da estrutura econômica da República Velha.¹

O período que compreendeu a I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, marcou o início de uma grande disputa, entre as grandes potências imperialistas, pelos mercados mundiais e, sobretudo, o avanço da influência econômica dos Estados Unidos. Os países latino-americanos, como Brasil, Argentina e Uruguai foram paulatinamente substituindo o capital inglês pelo americano. Com a entrada dos Estados Unidos no conflito mundial sua economia cresceu em grandes proporções. As exportações norte-americanas de ferro e aço e de seus derivados para a Europa e a produção de explosivos conseguiram um crescimento expressivo entre os anos de 1913 e 1917 evidenciando o poderio industrial norte-americano, sua influência decisiva na I Guerra Mundial e sua posição de supremacia internacional, sobretudo na América Latina.

Logo após a I Guerra Mundial estava evidente a expansão do capitalismo norte-americano, demonstrado no clima de euforia que tomava conta da sociedade americana. No entanto, esta euforia fora efêmera, pois aos poucos a produção geral, tanto industrial como agrícola, passou a encontrar dificuldades, devido à falta de um mercado razoável para escoar sua produção. Diante de tanta euforia as empresas norte-americanas lançaram no mercado muitas ações e a classe média ansiosa por uma riqueza fácil, comprou essas ações. Chegou-se a um ponto em que as ações estavam desvalorizadas ao máximo e a consequência dessa desvalorização, foi a quebra da Bolsa de Nova York, fato que influenciou os mercados do mundo todo.

¹ FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Brasil em perspectiva*. p. 227.

No Brasil, o sistema republicano dominado pela oligarquia cafeeira estava em crise devido ao esgotamento da sua política oligárquica. A crise externa pela qual passava o capitalismo mundial, foi um fator primordial para intensificar a crise política que tomava conta do Brasil.

Segundo Boris Fausto, a partir de 1924, quando o governo transferiu o controle dos mecanismos de defesa do café para o Instituto do Café de São Paulo, as autoridades centrais, de certa forma, se isentaram das responsabilidades sobre a questão. A política do Instituto era baseada na formação de estoques reguladores do mercado, como forma de garantir os preços do produto em níveis compatíveis com os interesses dos cafeicultores.²

No ano de 1929, a safra abundante, somada aos estoques que ainda havia, coincidiu com a situação econômica mundial marcada pela crise e a consequência imediata foi a queda brutal do preço do café. Diante disso, os cafeicultores pediram a intervenção do governo federal através da concessão de crédito e prorrogação das dívidas contraidas. Mas, o então presidente Washington Luis julgou que uma baixa nos preços do café seria de alguma forma compensada pelo aumento das exportações, ignorando em seu pensamento os efeitos da crise, e negou o pedido dos cafeicultores. Tal atitude de Washington Luis causou-lhe uma certa antipatia por parte dos cafeicultores paulistas que, mesmo não passando a fazer oposição ao governo federal, nada fizeram para o defender quando eclodiu o movimento de 1930.³ Boris Fausto considera ainda que

*“os efeitos imediatos da crise não devem ser medidos apenas pelo comportamento da classe dominante paulista. É preciso considerar suas consequências alentadoras sobre o núcleo de forças opostas ao governo federal. A divisão regional refletia na arena política a pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira, cuja base essencial era representada por São Paulo. Na medida em que a crise mundial se acentuava tornava-se mais claro para a oposição que este setor ficara profundamente afetado e que o instante chegara para tentar quebrar sua predominância”.*⁴

² FAUSTO, Boris. *A crise dos anos 20 e a Revolução de 30*, p. 422.

³ *Ibid.*, p. 423.

⁴ *Ibid.*, p. 425.

1.2 – O Contexto Brasileiro (1889 – 1930)

O regime republicano, implantado no Brasil em 1889, foi caracterizado pela estreita relação entre o processo produtivo nacional e o mercado mundial. A economia nacional era subordinada e dependente do sistema econômico mundial capitalista. A sociedade brasileira na Primeira República se definiu como um organismo nacional em que predominavam os interesses da classe dominante agroexportadora, voltada para a produção do café, representada pela burguesia paulista e mineira.

A instauração da república em 1889 inaugurou uma nova fase na política nacional que permitiu às frações regionais da classe dominante uma maior autonomia na condução dos negócios referente à direção dos estados.⁵ Ao instituir o regime republicano representativo e democrático, abriu-se a participação ao processo político a um contingente eleitoral maior, que antes estava à margem do processo político. Assim, como afirma Maria do Carmo Campelo: “*federalismo, presidencialismo, e a ampliação do regime representativo são as três grandes coordenadas legais da Primeira República*”.⁶

Durante todo o período da Primeira República (1889-1930), o poder econômico e político nacional esteve nas mãos dos grandes proprietários agrários, cafeicultores, principalmente paulistas e mineiros, como já afirmamos anteriormente. A hegemonia desses estados se expressava na dominação que passavam a exercer sobre outros economicamente menos desenvolvidos.

O Nordeste que no regime monárquico mantinha grande força política graças à atividade açucareira perdeu sua força política com o advento da República. Conseqüentemente, “*os produtores de açúcar do Nordeste, são substituídos gradativamente na vida pública nacional, pelos produtores de café de São Paulo e Minas Gerais (...), escamoteado das decisões, o Nordeste assume uma posição de ferrenha crítica ao sistema*”.⁷

Um fator primordial que favoreceu a dominação dos Estados do Centro-Sul no período republicano foi a ausência de um partido político de âmbito nacional. Tanto o Partido Republicano Paulista como o mineiro passaram a deter a hegemonia política na

⁵ LINDOSO, José Antonio Spinelli. *A reação da oligarquia poiguar ao modelo centralizador de Vargas (1930-1935)*, p. 12.

⁶ SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*, p. 163.

⁷ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1935*, p. 17.

disputa da presidência com o objetivo somente de defender os interesses específicos de suas regiões.

No governo de Campos Sales (1889-1902) institui-se a chamada política dos governadores, que consolidou os mecanismos do sistema. Essa política caracterizou-se pela troca de favores entre os políticos estaduais e o Governo Federal. O resultado imediato da política dos governadores foi a formação das oligarquias estaduais que, apossando-se da direção dos Estados, realizaram, daí em diante, eleições fraudulentas e sufocaram prontamente qualquer tipo de rebeldia por parte das oposições. Neste pacto, os estados menores, principalmente os estados do Norte e do Nordeste, por não disporem de muito potencial nas relações de troca com o Governo Central, ficavam totalmente dependentes deste.

O poder da classe dominante cafeeira era mantido pelo sistema político que se estabelecera e também devido ao esquema de valorização do café, “*que consistia, em síntese, na retirada do mercado de uma parte da produção, com o objetivo de reduzir a oferta no mercado internacional e garantir, tanto quanto possível, o nível de preços*”.⁸ No entanto, tanto o Estado como a União não dispunha de recursos financeiros para “*arcar com o ônus da política de valorização, que implicava na disponibilidade de recursos financeiros consideráveis, seja para a compra do produto, seja, posteriormente para financiar a produção retirada pelo mecanismo do controle do mercado*”.⁹ Criou-se, então, diante desse quadro, uma relação de dependência entre a burguesia cafeeira e os grupos financeiros (Rothschild, Banco da França). Após a I Guerra Mundial, iniciou-se uma acentuada ascensão da burguesia nacional. No entanto, essa burguesia agora era formada não só pelos fazendeiros do café, mas também por industriais, empresários e grandes comerciantes, frutos da urbanização e modernização que se exprime num incipiente crescimento industrial e no setor agrário exportador. Essa burguesia em ascensão passou também a deter um poder no plano político e o Estado se transformou na expressão dos seus interesses.¹⁰ Toda essa engrenagem de poder que remonta à época da política dos governadores caracterizou-se pelo domínio da oligarquia agrária, no sistema político nacional e a relação de dependência entre os poderes federal, estadual e municipal.

⁸ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 229.

⁹ Ibid., p. 229.

¹⁰ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p.19.



Torna-se importante mencionar aqui a figura imponente do coronel¹¹ que intermediava, em todos os níveis do poder, toda essa relação. O eleitorado era a base do sistema e os coronéis dominavam todo esse eleitorado. Assim todo o sistema funcionava através da troca de votos, que estava sob o mando de um determinado coronel, por benefícios dos governos seja a nível federal, estadual ou municipal.

*“As oligarquias, para se manter no poder, dependiam internamente do apoio dos coronéis e externamente do assentimento das oligarquias nacionais que dominavam o aparelho de Estado central através das máquinas dos Partidos Republicano Paulista, Mineiro e Rio Grandense (do sul). O “pacto dos coronéis” garantia a submissão das massas de trabalhadores rurais, enquanto a cooptação sistemática assegurava o apoio das classes médias tradicionais urbanas. A ideologia liberal regulava as relações de negociação no interior das elites dirigentes e mascarava a exclusão das classes subalternas”.*¹²

Ao se aproximar os anos vinte, graças ao impulso dinâmico do comércio exterior, verificou-se um certo progresso na economia brasileira caracterizado por sua diversificação, desenvolvimento do setor industrial e ampliação dos centros urbanos causando a transformação das estruturas sociais e um acentuado crescimento da camada média urbana. O início dos anos vinte foi marcado também pelos primeiros sinais de desequilíbrio do sistema político vigente: a insatisfação dos tenentes do exército.

No decorrer de toda a década de vinte esta insatisfação dos tenentes manifestou-se através de levantes militares em protesto contra o que consideravam “os vícios da política nacional”. Esses levantes tiveram início no governo de Artur Bernardes, após tumultuada campanha, à qual os tenentes fizeram uma oposição ativa. As revoltas desses militares contra o governo culminaram, em 1922, após o fechamento do clube militar e da prisão do seu presidente, o Mal. Hermes, na revolta do forte de Copacabana. Os levantes continuaram, e suas conseqüências mais conhecidas foram a Revolução Gaúcha em 1923, a Paulista em 1924 e a Coluna Prestes de 1926 a 1929.¹³

¹¹ O coronelismo foi uma forma de poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República. O poder político do coronel era medido através da quantidade de votos que ele dispunha. A constituição de 1891 outorgou o direito de voto a todos cidadãos brasileiros e alfabetizados o que fez aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos que continuaram obedecendo aos chefes políticos já existentes. Ou seja, aumentou ainda mais o poder dos coronéis. Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*, pp. 155-157.

¹² LINDOSO, José A. S., op. cit., pp. 2-3.

¹³ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 22.

O movimento tenentista foi caracterizado por lutar por objetivos semelhantes aos anseios da classe média urbana. Isto não quer dizer que eles defendiam a classe média em si. Na concepção de Boris Fausto:

*“o programa que o movimento adota no período anterior à Revolução de 30 (voto secreto, reforma administrativa, independência do judiciário, reformas do ensino) pode ser identificado com as aspirações concretas das classes médias urbanas, muito embora o tenentismo não tenha sido um movimento que se propusesse organizá-las”.*¹⁴

O governo de Washington Luis, a partir de 1926, foi o período governamental que encerrou a Primeira República. Neste período despontou no cenário político o Rio Grande do Sul, que até então se mantinha fora das disputas federais para a presidência da República. A principal preocupação do novo governo era a reforma financeira que objetivava estabelecer uma taxa fixa de câmbio e a estabilização monetária.

No entanto, a política imposta pelo governo, que obteve o apoio da elite cafeeira e do setor industrial, era duramente combatida pela classe média alta. A insatisfação no seio dessa classe média alta deu início a divergências políticas em São Paulo e como consequência surgiu o Partido Democrático Nacional que constituiu-se no instrumento político voltado para os interesses da classe média urbana.

Aqui se faz necessário enfatizar dois fatos importantes: o primeiro é que, segundo Boris Fausto, não houve uma identificação política entre os industriais e o Partido Democrático. A burguesia industrial, mesmo com algumas divergências, estava, indisfarçavelmente, vinculado ao PRP partido tradicional da oligarquia agrária paulista durante a Primeira República.¹⁵ O segundo ponto importante é definir quem era essa classe média alta cujos interesses foram defendidos pelo Partido Democrático Nacional. No contexto da Primeira República (1889-1930) houve sempre uma dificuldade geral de aproximação das classes trabalhadoras brasileiras. Neste contexto o que se definiu como alta classe média foram, segundo Décio Saes, os altos funcionários públicos, gerentes de bancos e os profissionais liberais.¹⁶ Segundo este mesmo autor, esta camada superior da classe média

¹⁴ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 241.

¹⁵ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 63.

¹⁶ SAES, Décio A. M. *Classe média e política no Brasil 1930-1964*, pp. 453-454.

“será atraída para o campo ideológico da burguesia comercial, transformando-se em instrumento de preservação da hegemonia política dessa fração burguesa no seio da classe dominante (...) O culto do liberalismo pôs, assim, a classe média tradicional a serviço dos partidos políticos da burguesia comercial/bancária, urbana e antiindustrialista: do partido dominante no período – o Partido Republicano Paulista, permanentemente situacionista, a nível estadual e nacional – aos cíclicos movimentos de dissidência partidária (a Campanha civilista de 1910, o Partido Democrático Paulista de 1926, a Aliança liberal de 1930, entre outros)”.¹⁷

Ao término da década de 1920, a política das oligarquias estava seriamente comprometida, evidenciando o desgaste do sistema partidário que por mais de trinta anos dera sustentação política à Primeira República. A política financeira de Washington Luís passou a negar a concessão de financiamentos aos cafeicultores, a crise de 1929 se agravava cada vez mais, desorganizando o mercado internacional/ por fim, Washington Luís quebrou o acordo com os mineiros e indicou um candidato Paulista, Júlio Prestes, para sua sucessão na presidência da República. Surgiu um impasse político e Minas formou uma oposição junto com o Rio Grande do Sul apresentando a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República. *“Surgia assim a Aliança Liberal congregando uma frente regional sob a orientação de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba – e que tinha a adesão do Partido Democrático de São Paulo”*.¹⁸

A formação da Aliança Liberal representou um momento da política de grande importância para os antecedentes da Revolução de 30. Foi a aglutinação de forças oposicionistas que reuniu a oligarquia gaúcha em ascensão, setores das classes dominantes da Paraíba, que se sentiam prejudicados pela política do governo central, os tenentistas e que também se dirigiam às massas urbanas. No entanto, essa aglutinação de forças oposicionistas não tinha nenhum caráter ideológico ou econômico, ela se caracterizou por tomar forma de disputas regionais, onde cada grupo defendia seus interesses, que refletiam o desejo de conquistar o poder central. Como afirma Boris Fausto

“ela [a Aliança Liberal] nasce de um acordo entre Estados cujos interesses não estão vinculados ao café, mas a forma regional das reivindicações não é destituída de significado (...) Frente de Oposições Estaduais, a Aliança, não é um partido político; Não exprimem

¹⁷ Ibid. , p. 27.

¹⁸ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. , p. 25.

*interesses industriais mas reivindicações de vários grupos desvinculados da economia cafeeira; assume timidamente estas reivindicações econômicas e faz da reforma política o centro de seu programa; não é enfim um agrupamento revolucionário e sim um instrumento de pressão”.*¹⁹

Os interesses regionais de cada grupo, estavam tão aparentes que quando se cogitou Vargas para a presidência, as rivalidades entre libertadores e republicanos no Rio Grande do Sul, foram esquecidas em nome dos interesses da região. / A plataforma da Aliança Liberal ao mesmo tempo em que atacava a política de valorização do café, defendia a política financeira de Washington Luís. / Defendia interesses antes já expostos pelos tenentes como a defesa da representação através do voto secreto e a moralização dos costumes políticos. / Seus dirigentes políticos eram oriundos, na maioria, do próprio regime republicano. / Os vícios do regime vigente que eles combatiam, como as fraudes eleitorais, foram, em determinado momento, utilizados por eles. /

As eleições realizaram-se em 1º de Março de 1930 e o candidato situacionista, apoiado por Washington Luís, Júlio Prestes, foi o vitorioso. As oposições demonstraram grande insatisfação. Havia um acordo firmado antes das eleições onde ambas as partes se comprometiam em respeitar os resultados das eleições. No entanto, uma nova geração política composta dos gaúchos, Getúlio Vargas, Paim Filho, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso estavam dispostos a romper o acordo firmado. A facção de centro dos tenentes, entre eles, Juarez Távora, João Alberto e outros, juntamente com os mineiros Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos aderiram à intenção dos demais.²⁰

Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha lançaram protestos e acusações contra os resultados eleitorais. A maioria dos líderes aliancistas, não aceitando o resultado das urnas passou a acompanhá-los. Para os tenentes, a única saída da oposição era recorrer às armas. A posição de Vargas no início era confusa, ora apoiando a posição dos tenentes, ora opondo-se a ela. As articulações tenentistas sofreram um golpe com a posição de um de seus líderes, Luís Carlos Prestes, que considerava a revolução como uma farsa das oligarquias. Ele propôs uma revolução nos moldes revolucionários da esquerda marxista.

¹⁹ FAUSTO, Boris, op. cit., pp. 234-235.

²⁰ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 26.

Essa posição era totalmente contrária à de Juarez Távora que tinha o pensamento mais moderado.

A realidade se encarregou de acelerar o processo. O pacto das oligarquias paulista e mineira estava desfeito e essa ruptura acabou com a estabilidade no sistema político. A crise econômica mundial, que provocou a queda do preço do café promoveu o desencontro entre o Estado e os interesses da burguesia cafeeira. O assassinato de João Pessoa, atribuído pelos aliancistas ao governo, foi o pretexto para o desfecho do golpe. O apoio das forças armadas foi essencial para a revolução. O comando militar foi entregue ao coronel Góis Monteiro, que conseguiu convencer a alta cúpula do exército a aderir ao movimento.

“O exército apoiou o movimento, instalando a revolução simultaneamente, a três de outubro nos três Estados ligados pela Aliança Liberal (...) A 24 de Outubro, o movimento vitorioso chegava à sua meta, com a substituição do presidente deposto por uma junta governativa militar, (...) Getúlio Vargas assume o poder em 23 de Novembro como presidente provisório”²¹.

O movimento transformou as estruturas esgotadas da Primeira República, permitindo a participação, mesmo limitada, de setores sociais amplos descomprometidos com os esquemas oligárquicos tradicionais como parte da camada média.

1.3 - O contexto norte-riograndense na Primeira República: sociedade, economia e política

Dentro do contexto da Primeira República no Brasil, o Rio Grande do Norte se caracterizou por ser um estado pobre e atrasado economicamente, permanecendo às margens das decisões políticas a nível nacional. O jogo político era mantido através de alianças entre os grandes coronéis que garantiam a permanência no poder local da classe dominante. É importante lembrar que nos Estados periféricos, como é o caso do Rio Grande do Norte, devido a sua pequena importância econômica, o apoio do governo federal viria sempre para a facção que estivesse no poder local.

²¹ Ibid. , p. 27.

A composição da sociedade norte-riograndense na Primeira República não diferiu muito do restante do Brasil. Como afirma Itamar de Souza:

*“Entre as diversas frações que compõe a grande burguesia norte-riograndense, a que dominou o estado durante a República Velha foi, sem dúvida a burguesia agrocomercial (...) Isto se explica pela quase inexistência de segmentos da burguesia industrial e financeira no Rio Grande do Norte”.*²²

Como o Rio Grande do Norte era um estado basicamente agrícola e com uma estrutura agrária fundada em grandes propriedades, a sua estratificação social era um reflexo dessa estrutura. Assim, a sua hierarquia social tinha no seu cume os grandes proprietários rurais seguidos dos comerciantes mais abastados e dos poucos industriais, constituindo a elite dominante tanto no campo político como no econômico.²³

A classe média norte-riograndense durante a Primeira República era muito reduzida e politicamente inexpressiva. Era composta essencialmente por profissionais liberais, funcionários civis e militares, pequenos e médios comerciantes, e pequenos proprietários rurais. Na base da hierarquia social estavam todos os trabalhadores rurais, que constituíam o maior contingente populacional do estado, eram submetidos ao regime do patriarcalismo, sob a dominação dos coronéis e marginalizados politicamente. A classe trabalhadora era bastante reduzida. Na sua maioria eram operários nas salinas de Macau, Areia Branca e Canguaretama; nas ferrovias, no porto de Natal, indústrias de alimentos e bebidas entre outros. Estes operários pouco reivindicavam em relação aos seus direitos e uma luta mais expressiva por parte destes só vai surgir a partir dos anos 20, quando ingressou no cenário político do Rio Grande do Norte, o advogado João Café Filho que passou a liderar a classe trabalhadora de Natal e desafiar o poder dos conservadores.²⁴

Enfim, as relações coronelísticas, onde o poder sócio-econômico do proprietário lhe conferia a patente de coronel ou major, garantia a hegemonia da classe dominante, uma vez que o coronel dominava, através do “mando pessoal”, toda a classe dos trabalhadores rurais e menos abastados.²⁵

²² SOUZA, Itamar de. *A república Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, p. 75.

²³ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 40.

²⁴ SOUZA, Itamar de, op. cit., pp. 75-108.

²⁵ Ver estudo citado de Maria I. P. de Queiroz: *O coronelismo numa interpretação sociológica*, pp. 153-190.

Durante a Primeira República no Rio Grande do Norte, o açúcar, o algodão, o sal e a cera de carnaúba foram os produtos de maior peso e maior valor monetário na pauta de exportações. A pecuária bovina apareceu em menor escala. Os principais produtos desta pauta de exportações sempre estiveram ligados às oligarquias que dominaram o poder no período republicano no Estado. O açúcar e o sal foram o sustentáculo econômico da oligarquia Maranhão. Já a oligarquia do Seridó, liderada por José Augusto B. de Medeiros e Juvenal Lamartine, teve sua base de sustentação econômica no algodão e na pecuária.

O açúcar predominou como setor mais dinâmico da economia nordestino-riograndense até o início do século XX, quando entrou em crise, em função da concorrência estrangeira nos mercados externos, do atraso tecnológico, da carência de mão de obra, entre outros. Enquanto a economia açucareira caminhava num processo de estagnação, o algodão começava a se firmar como novo pólo da economia potiguar. Neste momento foram sentidas algumas alterações que promoveram mudanças no quadro econômico do estado. Como coloca Lindoso:

*“O grande crescimento da atividade algodoeira e a penetração do capital industrial na economia potiguar (indústrias de bem de consumo popular, mineração e outras, incentivadas pela política fiscal dos governos estaduais) promoveram uma relativa diversificação das atividades e a expansão dos núcleos urbanos. O número de estabelecimentos fabris, que era de 14, com 560 operários, em 1907, ascendeu para 197, com 2.146 operários em 1920”.*²⁶

Diante da importância do algodão na economia do estado, os governadores, principalmente após 1920, passaram a realizar uma política de incentivo da melhoria da qualidade do produto. As principais medidas oficiais foram: a criação de órgãos na administração, política fiscal de estímulo a maior produção ou a melhoria do produto, ajuda técnica com o intuito de melhorar a qualidade do produto e aumentar a estabilidade econômica.²⁷

O sal também era um produto de importância para a economia do estado neste período. Sua produção era direcionada para os mercados internos de Pernambuco e do Centro-Sul. Após 1925, através de um maior controle para aprimorar o produto e uma

²⁶ LINDOSO, José A. S., op. cit., p. 40.

²⁷ LIMA, Hermano M. F., TAKEIA, Denise M. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte – 1892/1930*, pp. 95-123.

política de retenção das importações devido a crise mundial, o sal do Rio Grande do Norte teve um aumento na produção e expandiu para os mercados do extremo Sul do país.

No início da República, a economia do Estado era basicamente agrária. O processo de industrialização teve sua origem na transformação dos produtos oriundos da agricultura e pecuária (indústria alimentícia e de vestuário). Após a I Guerra Mundial observou-se uma expansão do setor industrial ligado ao beneficiamento dos subprodutos do algodão. A instalação de portos exportadores dinamizou a atividade comercial e conseqüentemente surgiu um mercado externo que interligava o Rio Grande do Norte à economia mundial.²⁸

A implantação da República em 1889 inaugurou uma nova fase na política do país caracterizada por uma maior autonomia das classes dominantes no domínio dos governos estaduais. O novo regime consolidou as oligarquias estaduais e nacionais e tomou um conceito mais específico como afirma Carone: “o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal”.²⁹

No Rio Grande do Norte a implantação do novo regime transformou o quadro político local. Em janeiro de 1889 foi fundado o Partido Republicano do Rio Grande do Norte e a expressão maior do regime foi a figura do oligarca Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que traduziu os interesses dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial. Para divulgar as idéias republicanas foi fundado o jornal *A República*. Nos primeiros anos do período Republicano, Pedro Velho formou a sua base política, através de acordos com os coronéis do Seridó e Oeste, que duraria até 1913-1914, momento em que divergências mais sérias aparecem e as articulações políticas afastam a oligarquia Maranhão do poder.

O sistema político estadual funcionou dentro da regra geral que manipulava a política no poder central baseada em acordos políticos e sustentada pela política dos governadores.

A partir de 1913, os coronéis da região do Seridó começaram a questionar a liderança do então governador Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho). O quadro se agravou quando o capitão José da Penha tentou promover no estado o espírito da política das salvaçãoes que havia provocado a derrubada de algumas antigas oligarquias do Norte e

²⁸ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. , pp. 30-41.

²⁹ CARONE, Edgard. *A República Velha I: Instituições e classes sociais (1889-1930)*, p. 269.

Nordeste do país, substituindo-as por novas oligarquias apoiadas nos grupos militares e com o apoio do Governo Federal. A facção seridoense, do partido do governo, articulou a candidatura do Desemb. Joaquim Ferreira Chaves. Alberto Maranhão consultou a chefia nacional do Partido Republicano Conservador e concordou com essa candidatura. Em 14 de setembro de 1913, Chaves foi eleito governador.³⁰

Ferreira Chaves quebrou a fidelidade que o mantinha ligado à oligarquia Maranhão e tentou montar o seu próprio esquema de sustentação iniciando uma desarticulação das bases políticas dos Maranhão. Tomou medidas como a quebra do contrato do sal, entre outras. Segundo Itamar de Souza

*“Este ato representou o fim do monopólio do sal, cujo início ocorrera em 1897, (...) foi através desse monopólio tão prolongado que a oligarquia Maranhão recebia em troca, o apoio financeiro das empresas salineiras beneficiadas para as suas campanhas políticas. (...) desfazer este monopólio significou dar um golpe mortal na estrutura de poder dos seus amigos e correligionários”.*³¹

À medida que a oligarquia Maranhão perdia progressivamente o controle da máquina política, o centro da política estadual deslocava-se da região litorânea para a região do Seridó. Essa transferência correspondia a modificações econômicas (fase de grande desenvolvimento da agricultura algodoeira) e política (mudanças na direção do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e das lideranças locais) na vida pública do Estado. José Augusto B. Medeiros e Juvenal Lamartine, ambos deputados federais com longo mandato e contando com o apoio do presidente Artur Bernardes, foram os idealizadores destas mudanças.

Em 1923, Ferreira Chaves articulava a sua volta para um terceiro mandato no governo do estado. Mas José Augusto e Juvenal Lamartine, contando com o apoio dos coronéis do Seridó, reagiram às pretensões de Chaves. Gozando de grande prestígio junto ao presidente Artur Bernardes, José Augusto conseguiu sua intervenção e Ferreira Chaves desistiu do governo em favor de José Augusto que foi eleito, sem oposição, governador do Estado.

³⁰ LINDOSO, José A. S., op. cit., pp. 29-35.

³¹ SOUZA, Itamar de, op. cit., p. 203.



No período subsequente, em 1928, assumiu o governo Juvenal Lamartine ligado a José Augusto. Sua administração foi caracterizada por tendências ao autoritarismo e à centralização. Como relata Marlene Mariz: “a administração Lamartine (...) exercia forte repressão à oposição mandando sua polícia espancar e expulsar do Estado os indesejáveis ao seu governo”.³² Por ser ligado ao grupo do Seridó (algodão) suas ações privilegiaram mais as necessidades econômicas do que as sociais beneficiando as camadas mais elevadas.

O governo de Lamartine coincidiu com o período da crise de 1929. No contexto nacional as idéias da Aliança Liberal, que haviam sido bem recebidas no Norte e Nordeste, chegavam ao Rio Grande do Norte, mas devido a atuação repressiva do governo Lamartine teve pouca oportunidade de expressão.

A oposição, de pouca expressão, foi liderada por Café Filho, junto aos estivadores e às camadas mais baixas. A mobilização dos operários de Natal enfrentou uma repressão violenta e direta o que “obrigou Café Filho a fugir do Estado, indo conspirar com os políticos e militares da Aliança Liberal na Paraíba”.³³

Ao fim da década de vinte, a oposição se articulava com muita dificuldade. A conjuntura formada pela crise econômica e a crise do modelo político dominante desgastaram ainda mais o governo Lamartine. A Aliança Liberal tentou canalizar o descontentamento das massas populares e organizou núcleos no interior e na capital no Rio Grande do Norte, os aliancistas estavam divididos em duas correntes: a cafeísta que arregimentava as massas de trabalhadores e a liberal que não queria se aproximar dessas massas. No entanto, a forte repressão do governo e os mecanismos eleitorais utilizados pelas oligarquias republicanas (“bico de pena”, currais eleitorais) fizeram com que a Aliança liberal obtivesse míseros “10 votos em Natal e 80 em Mossoró”.³⁴

³² MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 50.

³³ LINDOSO, José A. S., op. cit., p. 50.

³⁴ Ibid., p. 52.

2 - DEFLAGRAÇÃO DA REVOLUÇÃO E A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS INTERVENTORES

À época da Revolução de 1930 governava o estado Juvenal Lamartine, que apoiou a chapa oficial à presidência da República e garantia-lhe grande maioria no estado. Lamartine representava a oligarquia do Seridó (algodão) e seu governo foi marcado por grande repressão às oposições, fato este que impediu um maior desenvolvimento da Aliança Liberal, no Rio Grande do Norte.¹

No âmbito nacional, como já vimos no capítulo anterior, a Aliança Liberal objetivava expressar a insatisfação dos setores dissidentes da oligarquia através das eleições. Sua derrota, no entanto, evidenciou a impossibilidade de qualquer tipo de oposição chegar ao poder, através de eleições, nos moldes do regime vigente, marcado por fraudes eleitorais. As insatisfações geradas culminaram no acordo entre os que compunham a Aliança Liberal e o tenentismo que resultou no golpe armado de outubro de 1930.

2.1 - Os primeiros momentos da Revolução no Rio Grande do Norte

A 03 de outubro, a Revolução foi deflagrada nos estados da Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Logo, o movimento atingiu o Nordeste, liderado pelos tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães e Jurandir Mamede, entre outros, que depuseram os governos estaduais e sublevaram os batalhões do exército.

No Rio Grande do Norte, naquele momento, não era percebido qualquer tipo de agitação ou manifestação que se referisse ao momento político do Brasil como um todo. Esse clima de passividade se justificava principalmente devido à forte repressão que marcava o governo Lamartine. Repressão essa que afastara do estado o seu principal aliancista, Café Filho, que se encontrava na Paraíba fugido das perseguições governistas.

Segundo afirma Marlene Mariz, a participação do Rio Grande do Norte no movimento revolucionário “foi de pouca significação, tendo o estado se associado ao

¹ Ver: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1935*, pp.42-58; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas (1930-1935)*, pp. 56-68.

movimento como adesista” devido exatamente ao fato do estado não possuir uma oposição estruturada que se rebelasse contra o governo.²

Por ocasião do desfecho do golpe, encontrava-se na Paraíba o 29º Batalhão de Caçadores, agrupamento do exército cuja sede era no Rio Grande do Norte, e o aliancista Café Filho, que logo voltou ao estado. Ele mesmo nos contaria a chegada em suas memórias:

*“Precedendo as forças revolucionárias, e para aguardá-las em território do meu estado, entrei no Rio Grande do Norte em 2 de Outubro de 1930 (...) ocultei-me nas imediações do campo de aviação em Natal, a fim de observar o movimento ali e saber se algum aparelho levantaria vôo”.*³

Na noite de 05 de outubro o governador Juvenal Lamartine, abandonou Natal permitindo que as forças do 29º Batalhão de Caçadores entrassem em Natal e efetivassem a sua deposição sem nenhuma resistência.⁴

Vários fatores contribuíram para a falta de uma resistência: o desgaste político dos governantes da Primeira República, sobretudo o governo de Juvenal Lamartine marcado por crises financeiras, o longo atraso no pagamento do funcionalismo público, a repressão e a fuga do governador Lamartine da capital, entre outros. Apenas alguns populares criaram um clima de baderna na cidade que *“atemorizavam as famílias natalenses”*.⁵ Durante dois dias o clima de arruaça que tomou conta da cidade paralisou sua vida administrativa, fechou o comércio e as escolas e somente no dia 8, quando as forças revolucionárias assumiram o poder, a situação voltou ao normal.

No momento em que as forças revolucionárias assumiram o poder, surgiu um novo impasse quanto à questão da presidência do Estado. Os dirigentes da Aliança Liberal no estado se dividiram. De um lado estavam os adeptos de Café Filho, que o queriam na presidência provisória do Estado, e do outro a ala liberal da Aliança que desejava o nome do desembargador Silvino Bezerra Neto.

Os oficiais se articularam para empossar no Governo o desembargador Silvino Bezerra Neto. Café Filho logo conduziu os seus partidários ao palácio e

² MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. , p. 59.

³ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, p. 63.

⁴ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história no Rio Grande do Norte*, p. 154.

⁵ Ibid. , p. 154

posicionou-se contrário à escolha. O impasse foi momentaneamente contornado com a instituição de uma junta governativa militar, que aguardaria a chegada de Juarez Távora para definir a situação.⁶

p. 33

A junta era composta pelos coronéis revolucionários Tavares Guerreiro (presidente), Júlio Perouse Pontes e Abelardo de Castro e logo que foi instituída tomou medidas para consolidar a revolução no estado. Fechou a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais, impediu os excessos populares contra os políticos depostos como meio de garantir a ordem pública, nomeou novos diretores de serviços, extinguiu mandatos de prefeitos e afastou oficiais da polícia. Fez nomeações de elementos ligados à facção cafeísta e aos grupos tradicionais, numa tentativa de satisfazer as diversas correntes que compunham a Aliança Liberal. Da facção cafeísta, Pedro Dias Guimarães foi para prefeitura de Natal e o próprio Café Filho foi nomeado para a chefia da polícia.⁷

Os primeiros atos da junta demonstravam o caráter moderado da revolução e o antagonismo entre as correntes que agora dominavam o poder. Os cafeístas achavam que o novo governo não deveria ter nenhum vínculo com o passado, já os coronéis que formavam a junta governativa eram mais moderados e seus ideais reformistas eram contrários aos de Café Filho.

Em 12 de outubro, Juarez Távora, comandante da Revolução no Norte chegava a Natal para definir quem seria o governante provisório do Estado. Tanto Távora quanto José Américo desejavam que assumisse o cargo o desembargador Silvino Bezerra Neto. Este, consciente de sua situação de comprometimento com os políticos depostos (era irmão de José Augusto e parente de Lamartine), recusou ao convite.⁸ A recusa de Silvino Bezerra levou Juarez Távora a levantar outros nomes que Café Filho, como ele mesmo afirmou, recusou, "*pois eram todos comprometidos com a situação anterior a 1930*".⁹ Ainda de acordo com Café Filho, mesmo antes da chegada de Juarez Távora, ele já vinha articulando junto às massas que lhe seguiam "*a candidatura de Irineo Joffily ao cargo de*

⁶ CAFÉ FILHO, João, op. cit. , p. 64. Otto Guerra, em artigo da revista do IHGRN, afirma que neste episódio, Café Filho julgava-se "*o mais credenciado para ocupar tão elevado cargo. (...) Daí porque chegou ao palácio do governo à frente de numerosos correligionários e populares (...) declarando em voz alta assumir o governo do estado "em nome do povo"*". Afirma ainda o autor que "*estes fatos foram testemunhados por diversas pessoas...*" Cf. GUERRA, Otto. *Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, v. 77-78, 1985-1986 p. 149.

⁷ LINDOSO, José A. S., op. cit., p. 70.

⁸ GUERRA, Otto. Op. cit. , pp. 148-149.

⁹ CAFÉ FILHO, João, op. cit. , p. 64.

O decreto de 11/11/1930 institucionalizou o governo provisório e criou as Interventorias Estaduais. “O governo provisório nomeará um interventor federal para cada estado, salvo para aqueles já organizados, nos quais ficarão os respectivos presidentes, investidos aos poderes aqui mencionados”.¹²

Em 22 de Novembro de 1930, Joffily foi, portanto, efetivado como interventor federal pelo chefe do governo provisório. Na sua efêmera administração procurou seguir o que fora a campanha da Aliança Liberal: A moralização da máquina administrativa. Ou seja, deveria apurar as irregularidades dos governos passados, punir os culpados e restaurar os bons costumes. Para isso o interventor instaurou inquéritos para apurar os atos do governo deposto de Juvenal Lamartine, demitiu funcionários, reduziu salários, exigiu das prefeituras municipais rigor na arrecadação de impostos e uma prestação de contas periódica. Essas medidas evidentemente criaram atritos com os prejudicados e seus padrinhos políticos, que cresceram rapidamente.¹³

A insatisfação com as medidas adotadas pelo interventor somada à situação econômica do estado marcada pela péssima situação financeira, seca, êxodo rural e conseqüentemente a entrada de muitos retirantes nas cidades gerava um clima de inquietação social. Toda essa situação gerava ressentimentos e motivos para a oposição fermentar uma série de críticas à política do interventor.

O interventor reagiu às críticas com firmeza utilizando todo o poder que lhe era conferido. A campanha contra Joffily estava presente até na imprensa do sul do país. Acusavam-no de realizar um governo despótico e arbitrário, marginalizando os políticos locais e favorecendo seus amigos paraibanos.

Por fim, o que determinou o afastamento de Joffily foi o desenrolar de um processo que ele havia iniciado contra a firma M. F. Monte e Cia pertencente a alguns coronéis de Mossoró. Esta firma possuía uma dívida com o estado que havia sido prescrita por Lamartine. Joffily anulou o despacho e determinou que o caso ficasse circunscrito à ação do governo. A firma sonegadora recorreu do ato do interventor. O recurso obteve êxito recebendo a aprovação do governo central. Em nota ao jornal *A República*, Joffily explica os motivos que o levaram a se desligar da interventoria do Rio Grande do Norte:

¹² Art. 11º. Cf. CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*, p. 19.

¹³ LINDOSO, J. A. Spinelli, op. cit. , pp. 72-77.

"...Assim, invalidado o meu ato ficaria o do presidente deposto e victoriosa a firma fraudadora que passaria pela brecha da prescripção, com os haveres sonogados ao Estado, sem mais trabalho. Acção contra ato administrativo em phase revolucionária parecia-me um absurdo..."¹⁴

Joffily sentiu-se desprestigiado e em 19 de janeiro de 1931 solicitou do chefe do governo provisório sua exoneração do cargo de interventor. O interventor da Paraíba Antenor Navarro considerou a exoneração de Joffily como o primeiro golpe que os reacionários desfecharam sobre a revolução brasileira.¹⁵

O segundo interventor, Aluísio Moura, governou de janeiro de 1931 a julho do mesmo ano, sendo que de 28 de Janeiro a 3 de Março, ~~Moura~~ permaneceu como interino no cargo de interventor devido o fato de Irineo Joffily precipitar a entrega do cargo e a necessidade de aguardar a chegada de Távora para efetivar o novo interventor.

Gil Soares afirma que *"Juarez Távora tinha Aluísio Moura como um de seus amigos de maior confiança, tanto assim que em janeiro de 1931, o indicou para interventor do Rio Grande do Norte"*.¹⁶ No entanto, na análise de outros autores essa afirmação não parece ser verdadeira.¹⁷ João Maria Furtado afirma sobre isto:

"Previstas com antecipação as flutuações e indecisões do novo interventor nomeado, ficou assentado nos bastidores onde essa nomeação malgre Tout foi deliberada (Juarez Távora, Juraci Magalhães) que esse novo delegado da Revolução seria assessorado por dois auxiliares que viriam de fora: foram nomeados, assim, os tenentes Ernesto Geisel, para a Secretaria Geral do Estado, e o tenente Paulo Cordeiro, para a Chefatura e Comando da polícia militar. Eram os guardiães da fidelidade revolucionária do tenente Aluísio Moura".¹⁸

¹⁴ EXPLICAÇÃO. *A República*, Natal, 06 fev. 1931.

¹⁵ O SR. DR. IRENÊO JOFFILY passa o governo ao Tenente Coronel Aluísio Moura. *A República*, Natal, 29 jan. 1931; O DISCURSO do dr. Antenor Navarro. *A República*, Natal, 01 fev. 1931.

¹⁶ SOARES, Gil. *O tenentismo em Natal*, p. 109.

¹⁷ Ver: MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 85; FURTADO, João Maria, *Vertentes*, pp. 79-80; LINDOSO, José A. S., op. cit., pp. 94-95.

¹⁸ FURTADO, João Maria, op. cit., p. 80.

Segundo Marlene Mariz, “no meio local circulava o comentário de que os dois militares tinham a missão de observar e controlar o novo interventor, para que não se afastasse dos objetivos da revolução”.¹⁹

Ao assumir o poder local, Moura encontrou nos postos administrativos do estado os elementos cafeístas nomeados ainda na interventoria Irineo Joffily. Estes de início foram mantidos no cargo mesmo a contragosto do interventor. Isto fez com que, mesmo obtendo um amplo apoio da ala mais conservadora, a composição política do seu governo tenha privilegiado a ala mais radical (cafeísta) e os revolucionários militares (estes impostos por Távora).

O principal ato administrativo do interventor foi a instituição da Junta de Sanções que deveria “proceder as necessárias sindicâncias no sentido de pesquisar as fortunas ilícitas adquiridas nas gestões dos governos passados e apurar as responsabilidades”.²⁰ Moura tomou medidas para combater as conseqüências do agravamento da seca e fazia visitas aos estivadores natalenses na tentativa de utilizar o operariado urbano como base de legitimação política

O fim da interventoria Moura foi marcado por conflitos com a facção cafeísta, acusada de conspiração contra o governo e o favorecimento, por parte do interventor, das chefias políticas tradicionais na recomposição do seu secretariado. Políticos comprometidos com os antigos governos como Nestor Lima, o juiz Régulo Tinoco, Gentil Ferreira, entre outros, foram por ele convocados. Até antigos coronéis perrepistas tradicionais passaram a defender Moura. Estes atos do interventor evidenciavam o seu afastamento do programa da revolução e a conseqüência natural foi o julgamento de Távora e posteriormente a substituição de Moura.

Para substituir Moura foi convidado Herculino Cascardo que esteve na interventoria do Rio Grande do Norte de julho de 1931 a maio de 1932. Cascardo foi um dos articuladores do golpe de 1930 e por esse motivo suas ações políticas frente à interventoria do Estado sempre estiveram de certa forma ligadas ao seu envolvimento com a política a nível nacional. Seu governo no Rio Grande do Norte caracterizou-se por ser o que mais se aproximou dos ideais revolucionários e, sobretudo pelo grande apoio que

¹⁹ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. p. 86.

²⁰ DENTRO do programa revolucionário. *A República*, Natal, 24 mar. 1931.

recebeu de diversos setores da sociedade quando renunciou ao cargo de Interventor do Estado. Ao que tudo indica este apoio se deveu a decisão do interventor de governar longe dos grupos políticos tradicionais. O jornal *A República* assim expressou a manifestação ocorrida naquele momento:

“Logo que se divulgou a notícia, nesta capital, de que o comte. Herculino Cascardo havia renunciado ao cargo de Interventor Federal, o povo começou a movimentar-se pelas ruas da cidade à procura de saber, com segurança a veracidade de tal notícia (...) depois de ouvirmos na praça 7 as palavras de alguns oradores (...) o pretexto rumou à Vila Circinato, afim de levar ao ilustre homem público a solidariedade do Rio Grande do Norte (...) A multidão durante esse percurso vibrava de entusiasmo, lamentando sempre a falta que o afastamento do intérprete revolucionário iria fazer à boa marcha da administração norte-riograndense ...”²¹

A esta seguiram-se várias outras manifestações de solidariedade ao interventor.

Não obstante, o apoio também deveu-se a alguns atos da administração do interventor no estado: colocara os salários do funcionalismo público em dia e ao chegar ao estado já possuía um plano de ação organizado previamente e com diagnósticos para os principais problemas. Além disso, priorizou as fontes de riqueza do estado como a cultura algodoeira e a indústria do sal por serem as principais fontes de renda estadual.

Sua administração iniciou-se com o desafio de controlar o déficit público, problema crônico que se alastrava desde o antigo regime. A proposta de Cascardo foi a de redução das despesas e o enxugamento da máquina administrativa. Tomou medidas como a redução do efetivo policial, demissão de funcionários, extinção de serviços e cortes salariais. Como forma de arrecadar mais impostos tomou medidas para impedir a saída de mercadorias pelas fronteiras do estado sem o pagamento de seus impostos. Já ao final do ano de 1931, o estado alcançou um superávit que permitiu ao interventor saldar o atraso com o funcionalismo público e uma parte da dívida interna.²²

A administração de Cascardo trouxe duas medidas consideradas inovadoras: o imposto territorial e a reforma do judiciário. Criou-se uma comissão de juristas para

²¹ A SOLIDARIEDADE do povo potiguar ao Sr. Comandante Herculino Cascardo. *A República*, Natal, 30 Jan. 1932.

²² LINDOSO, José A. S., op. cit., p. 115.

elaborar o anteprojeto de reforma do judiciário estadual. Esta reforma tinha o “*objetivo de conferir autonomia à magistratura e prover justiça mais rápida, barata, melhor distribuída e menos onerosa*”.²³

Os políticos tradicionais elogiaram a decisão do interventor, principalmente pelo fato da reforma retirar do executivo a competência para nomear magistrados. O interventor justificava que “*o executivo não dispunha de dados precisos para avaliar merecimentos nem julgar conveniências*”.²⁴ Posteriormente Bertino Dutra faria críticas à reforma afirmando que esta havia favorecido a vitória das oligarquias nas eleições de maio de 1933 devido os magistrados terem manipulado o alistamento eleitoral em favor das oligarquias.²⁵

A instituição do imposto territorial, em cumprimento ao código dos interventores²⁶, provocou intensa reação da imprensa oposicionista. O imposto incidia somente sobre as terras, de acordo com o seu valor e atingia em dobro as terras consideradas inexploradas. A intenção do interventor era diminuir os latifúndios e aumentar o número de pequenas propriedades.

As contradições dentro do governo central logo atingiram o anseio do interventor de cumprir as diretrizes básicas a que se propunha a revolução. Encontrava dificuldades para executar os seus projetos. Criada desde o início do governo revolucionário a Junta de Sanções prosseguia na interventoria Cascardo com sua atuação, julgando os políticos do regime passado. Entre eles o ex-governador Lamartine que fora condenado a perda dos direitos políticos e a restituir ao tesouro 213 contos. Em julgamento da ação pelo governo central, o valor foi reduzido para 140 contos. Cascardo entendeu o fato como um golpe contra a integridade moral de sua administração.²⁷ Somando-se a este fato o seu ressentimento com os rumos que a política nacional vinha tomando, o interventor

²³ Ibid., p. 129.

²⁴ SOARES, Gil. *Herculino Cascardo*, p. 73.

²⁵ Cf. LINDOSO, José A. S., op. cit., p. 130.

²⁶ O código dos interventores foi criado por Vargas em 28 de Agosto de 1931 como uma maneira de refrear os abusos de alguns tenentes interventores e controlar as interventorias estaduais. Criava um conselho consultivo em todo estado composto por cinco ou mais membros entre os quais deveriam estar incluído os maiores contribuintes do estado. Tal medida aproximava-os das classes dominantes. Art. 13º; § 4. “*Adotar-se-á o imposto territorial progressivo, com isenção das benfeitorias*”. Cf. CARONE, Edgard, op. cit., pp. 28-35.

²⁷ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., p. 98.

pediu exoneração a Vargas em 29 de janeiro de 1932, passando o governo ao seu substituto legal, o Dr. Antônio José de Melo Souza, secretário geral do governo.²⁸

Como já vimos seguiram-se vários manifestos de solidariedade ao interventor. A 03 de Fevereiro Cascardo reassumiu o cargo, mas, logo viajou para o Rio de Janeiro de onde ficou articulando a política do Rio Grande do Norte até Junho de 1932 quando finalmente Vargas aceitou a sua renúncia.

Assumi a interventoria do estado o comandante Bertino Dutra que governou de junho de 1932 a junho de 1933. O ano de 1932 foi marcado pelo aumento do antagonismo dentro do próprio grupo revolucionário. Parte dos revolucionários defendiam a constitucionalização nacional. Os tenentes pregavam que uma constitucionalização só poderia acontecer depois que se tivesse acabado com todos os velhos costumes do regime anterior a 1930. Para se consolidar as reformas indispensáveis ao país era necessário a ditadura. No entanto, as contradições dentro do grupo que formava o governo eram aparentes desde o início da revolução, fruto da heterogeneidade de forças que a compunha. O próprio Getúlio Vargas era oriundo da oligarquia que dominava o Rio Grande do Sul. O movimento constitucionalista de São Paulo, em 1932, foi o fato marcante do período.²⁹

No Rio Grande do Norte, a administração de Bertino Dutra foi marcada por uma série de dificuldades, reflexo das perturbações que tomavam conta do país e, sobretudo, pelos conflitos locais resultantes da organização da disputa eleitoral para a constituente nacional no estado. A nomeação de Dutra marcou também a quebra da situação de neutralidade política mantida por Herculino Cascardo que obteve um governo considerado por alguns como moderado e pacífico. Este período de equilíbrio foi rompido devido o prestígio dado abertamente por Dutra à facção cafeísta em detrimento dos liberais. Como afirma Furtado: “o Comandante Bertino Dutra nomeou chefe de polícia a João Café

²⁸ NOTA OFICIAL. *A República*, Natal, 30 Jan. 1932.

²⁹ O movimento constitucionalista de 1932 foi um movimento armado iniciado em São Paulo em julho de 1932, contra o governo revolucionário instalado em 1930. Tem suas raízes no antagonismo marcante existente dentro do próprio grupo revolucionário entre o tenentismo e as oligarquias dissidentes representadas pelo Partido Democrático. Objetivavam a convocação imediata de uma constituinte. O Partido Democrático conspirava continuamente contra o governo provisório e acabou por envolver o Partido Republicano Paulista, a força pública e toda a burguesia paulista. O grupo paulista mantinha entendimento com o Rio Grande do Sul e Minas, mas, no momento em que foi desencadeado o movimento estes dois últimos recuaram, apoiaram o governo e a revolução foi derrotada. Cf. CARONE, Edgard, op. cit., pp. 52-53.

*Filho e passando a orientar seu governo dentro de uma linha eminentemente contrária à política dos decaídos de 1930”.*³⁰

O clima de preparativos eleitorais fez com que os diversos grupos organizassem seus partidos. O Partido Popular congregava os antigos republicanos, revolucionários dissidentes e demais oposições ao governo revolucionário. A situação, liderada por Bertino Dutra e com a participação ativa de Café Filho, fundou o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte. A campanha foi bastante tumultuada e o resultado deu a vitória ao Partido Popular numa demonstração patente de que o velho grupo político ainda estava forte. As lutas partidárias aumentaram e com elas o clima de repressão por parte do interventor aos seus opositores. Tumultos e exaltações de ânimos fizeram Café Filho sofrer uma agressão com arma de fogo. Bertino Dutra, afastou do estado os membros do jornal oposicionista “A Razão”, Gentil Ferreira, Dinarte Mariz e Eloi de Souza por estarem, segundo o interventor, perturbando a ordem pública.³¹

A administração Dutra marcou a volta dos cafeístas ao poder ocupando vários cargos: Chefia de Polícia, a Prefeitura de Mossoró e Areia Branca e a direção da Imprensa Oficial. Politicamente, na administração Dutra figuraram atos de repressão policial e o combate a influência dos comunistas nos sindicatos ao mesmo tempo em que patrocinava a criação de novos sindicatos, criando uma grande massa de manobra sob controle oficial. Dutra preocupou-se em conter o custo de vida através da Comissão de Abastecimento que controlava os preços dos gêneros de primeira necessidade, criou a caixa de crédito para fazer pequenos empréstimos a operários, jornaleiros e pequenos agricultores e através de decreto instituiu o cercamento de campos de criação com o objetivo de defender a lavoura dos trabalhadores pobres. O projeto de crédito agrícola que pretendia beneficiar pequenos proprietários tornou-se inviável devido à impossibilidade dos pequenos produtores cumprirem as obrigações contratuais e à carência de recursos financeiros por parte do governo.³²

Segundo Furtado, na tentativa de combater a seca no estado, Dutra criou a Diretoria Geral de Secas. E entre outras medidas estabeleceu pela primeira vez no estado o

³⁰ FURTADO, João Maria, op. cit. , p. 89.

³¹ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. , pp. 104-108.

³² LINDOSO, José A. S., op. cit. , pp. 170-179.

concurso para preenchimento de cargos públicos reprimindo o “*simples afilhadismo nessas nomeações*”.³³

Igualmente aos outros interventores, Dutra lutava não somente com as forças locais, mas também contra um obstáculo importante que já havia sido motivo para afastar outros três interventores: o desprestígio da administração diante da falta de apoio do governo central o que permitia que revolucionários importantes do cenário nacional se envolvessem com os opositoristas locais.

A derrota nas eleições movida por uma série de fatores selava o fim da interventoria Dutra. Ele reclamou a Vargas das circunstâncias em que teriam conspirado contra o seu governo, entre elas o apoio de revolucionários dos quadros do governo aos opositores locais.

O último interventor desse período foi o civil e norte-riograndense Mário Câmara que governou de agosto de 1933 a outubro de 1935. No período da Interventoria Mário Câmara, a situação política nacional já começava a tomar novos rumos. O movimento constitucionalista em São Paulo (1932) exigia a reconstitucionalização do país. Mesmo tendo sido derrotado por Vargas, o movimento introduziu mudanças na política. A constituinte foi convocada já para o ano seguinte. As eleições de 1933 demonstraram que as velhas forças políticas oligárquicas não estavam mortas. Ao mesmo tempo em que ressurgiram as forças políticas tradicionais, a política do tenentismo perdia seu prestígio junto ao governo central. Vargas, visando garantir seu lugar como presidente constituinte, adotou uma nova posição política. Consciente da força das oligarquias e do declínio do tenentismo aproximou-se dos grupos oligárquicos regionais, sobretudo nos estados onde estes grupos derrotaram o partido aliado ao interventor, como foi o caso do Rio Grande do Norte.

Este é o motivo que levou Vargas a nomear um interventor civil e norte-riograndense, o Sr. Mário Leopoldo Pereira da Câmara, funcionário federal que gozava da sua confiança. Sua missão era objetiva: aproximar-se do grupo de José Augusto, consolidando apoio ao governo federal e, ao mesmo tempo, manter a liderança local. Os primeiros momentos da administração de Câmara marcaram o afastamento da facção

³³ FURTADO, João Maria, op. cit. , p. 93.

cafeísta do poder. Vargas havia recomendado a Câmara que uma aliança com Café Filho somente em último recurso.

No início da sua administração, Mário Câmara afastou Café Filho da Chefia da Segurança Pública causando simpatia ao grupo do Partido Popular, mas, por outro lado, os cafeístas iniciaram uma oposição ao interventor atacando sua tentativa de conciliação com os membros do Partido Popular.

Logo se iniciaram as tentativas de acordo entre o interventor e o Partido Popular. Os chefes desse partido enviaram ao interventor as bases para um entendimento que foi respondido com uma contraproposta onde se pretendia a criação de um novo partido. O Partido Popular não aceitou a proposta do interventor e após ouvir os diretórios municipais e as figuras mais representativas respondeu ao interventor ser contrário à contraproposta por achar que ela representava um “*acto de verdadeiro suicídio político*”.³⁴

Muitas tentativas de acordo foram realizadas com a interferência de vários nomes da esfera política nacional como também do próprio Vargas. Os acordos foram inviabilizados por que ambos (Partido Popular e o interventor) pretendiam arranjos que lhe garantissem o domínio da política estadual. A proposta de um implicava a subordinação do outro.

Encerrada a fase de negociação, iniciou-se um confronto político que culminou numa acirrada campanha eleitoral com sérios conflitos partidários. Mário Câmara, que recebera vários elogios no início do seu governo dos membros do Partido Popular, passava a ser duramente combatido por estes. Como afirma Tarcísio Medeiros,

“com esse homem, caiu sobre a terra potiguar a maldição terrível da desunião política que fez desencadear a mais torpe campanha eleitoral ao pleito de 1934, para o qual era candidato do partido liberal (pêla bucho) e o Dr. Rafael Fernandes Gurjão, pelo partido popular (perrepista)”.³⁵

Mário Câmara, sem o apoio dos populistas, perdeu a oportunidade de projetar-se politicamente no estado. Ao que tudo indica, o desfecho da negociação se deu nesses moldes devido à falta de experiência política do interventor que logo de início tentou impor uma força política que não possuía.

³⁴ Cf. BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha*, p. 35.

³⁵ MEDEIROS, Tarcísio, op. cit., p. 156.

Quanto aos seus atos administrativos, Câmara no início demonstrou uma certa preocupação em desfazer alguns atos do ex-interventor Bertino Dutra que geravam conflitos. Permitiu que reaparecessem os jornais *A Razão* e *O Mossoroense*; políticos que haviam sido afastados por aquele interventor puderam voltar ao estado e reduziu impostos de exportação para produtos como algodão, cera de carnaúba, açúcar, entre outros. Elaborou um programa administrativo voltado para questões econômicas onde o “*algodão, sal, portos, estradas de ferro e de rodagens, açudagens, poços, crédito agrícola e educação absorveram os esforços do interventor*”.³⁶

Após o início dos desentendimentos entre o interventor e os membros do Partido Popular sucederam-se várias demissões de delegados que não se compadeciam com o regime adotado pelo interventor. Criavam-se e modificavam-se cartórios e abriam-se créditos para aumentar o efetivo policial.³⁷

O período do governo Mário Câmara foi marcado por intensos conflitos partidários entre os adeptos do Partido Popular, que representavam o antigo grupo da política oligárquica da Primeira República, afastados do poder com a Revolução de 1930 e o grupo que apoiava o interventor, que um mês antes das eleições unira-se a Café Filho formando a Aliança Social.

Não diferente dos outros interventores, também com Mário Câmara estava explícita a falta de apoio de Getúlio Vargas, que manipulava os grupos em luta apoiando ao mesmo tempo as duas correntes. Após a derrota nas urnas, Câmara abandonou a interventoria para não ter que passar o cargo ao governador eleito Rafael Fernandes.

Como vimos, com o início do período interventorial no Rio Grande do Norte iniciou-se uma fase de instabilidade política marcada pelas constantes mudanças de governantes no estado, fruto da falta de coesão dentro do próprio grupo no poder, da luta política entre os interventores e o grupo oligárquico e da falta de apoio do governo central aos interventores. No entanto, a luta maior se deu no âmbito político-partidário e esta retratava bem a relação entre os interventores e as oligarquias locais sempre manipulada por Vargas. ~~É o que discutiremos a seguir.~~

³⁶ SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*, p. 135.

³⁷ Cf. BARBOSA, Edgar, op. cit., pp. 48-49.

3 – A RELAÇÃO INTERVENTORES – OLIGARQUIAS LOCAIS NO RIO GRANDE DO NORTE (1930-1935)

É importante entender o novo quadro político que se constituiu depois de instalada a Revolução para se perceber as relações de poder que se dariam desde então. As novas correntes que constituíram a classe dominante eram formadas por conservadores, reformistas, militares e civis, todos defendendo interesses diferentes. Formavam uma composição heterogênea que se transformou num foco de discordâncias dentro do grupo revolucionário. O período entre 1930-1934 caracterizou-se pela disputa entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procurou manter uma posição de aparente equilíbrio, acima dos grupos em luta.¹

A estrutura sócio-econômica existente não sofreu nenhuma “reformulação radical”, o que houve, na concepção de Maria do Carmo Campelo, foi uma redefinição dos canais de acesso e influência para articulações de interesses com o poder central.²

Em meio aos acontecimentos, Getúlio nomeou um ministério onde se evidenciava a diversidade de forças do movimento revolucionário, e que desagradou a muitos dos líderes que tornaram vitorioso o movimento. Havia elementos das oligarquias dissidentes, civis, e militares que havia deposto Washington Luís. Neste contexto de forças políticas opostas, Vargas demonstrou uma habilidade peculiar de manipular as divergências. Logo o novo governo estava diante de dois problemas importantes para serem solucionados: vencer a crise econômica e consolidar um sistema político que lhe desse amplos poderes para administrar. A solução mais imediata foi a centralização do poder que teve como consequência a perda da autonomia dos estados.

Os estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo governo central. Os tenentes foram nomeados interventores, principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, enquanto os chamados “tenentes civis” ocupavam ministérios e cargos políticos. Logo de início as interventorias dedicaram-se a dismantelar a máquina política das antigas oligarquias e afastá-las do poder. No entanto, dispondo de escassa base política na maior parte dos estados, os interventores tiveram que enfrentar oligarquias bem

¹ Sobre este assunto ver SKDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, pp. 27-42.

² Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, p. 85.

articuladas e sólidas que tinham o seu poder fundamentado na estrutura agrária. Este fato foi fundamental para manter de pé as estruturas das velhas oligarquias até o momento de sua volta ao poder.

Foi nessa luta entre duas forças políticas que ficou evidente a posição de Getúlio procurando manter-se numa posição equidistante, como se fosse uma força moderadora. Este caso ficou evidente no Rio Grande do Norte, onde, como vimos no capítulo anterior, a falta de apoio do governo central aos seus representantes no Estado foi um dos principais motivos das suas renúncias. Isto demonstra a preocupação de Vargas em não se incompatibilizar completamente com os políticos tradicionais e por outro lado a falta de um programa unificado para a revolução.

Depois de instalados no poder os revolucionários demonstravam dificuldades de produzir e manter um ideário unificado para a revolução. Segundo João Batista Cabral, há indícios fortes de que *“não havia ideário rígido universalmente aceito por todos os segmentos Revolucionários. Sabiam o que não queriam, mas não sabiam exatamente o que queriam”*.³ A falta de uma orientação político-ideológica no programa de governo da revolução parece ter sido uma das dificuldades enfrentadas pelo governo revolucionário.

João Batista Cabral transcreve uma declaração de Osvaldo Aranha, na qual ele afirma:

“Não tenho, pessoalmente programa algum. O meu programa é o da revolução. Aqui estou como delegado do povo. Não farei nada contra este e obedecerei aos seus ditames. Até aqui o povo obedecia aos programas dos governos; agora é o governo que vai obedecer ao povo. O povo quer o programa da revolução e isto é o que nos compete fazer. O programa da revolução é moralizar e poupar, sob o ponto de vista administrativo. Hei de cumpri-lo. Serei inflexível contra tudo que for supérfluo e acabaremos com os esbanjamentos”.⁴

→ Na opinião de Cabral, Aranha, que era um dos primeiros organizadores da Revolução de 1930, não deu uma resposta objetiva ao entrevistador por não saber, ou por não poder, falar sobre os rumos ideológicos do governo.

³ CABRAL, João Batista Pinheiro. *Considerações sobre o ideário da revolução de 30*, p. 130.

⁴ *Ibid.*, p. 130.

Ao que tudo indica este foi um dos motivos que levaram Getúlio a agir como moderador dessas forças, unindo as semelhanças e neutralizando as diferenças, ora apoiando os revolucionários, ora os políticos tradicionais. Em meio a diversidade de idéias Vargas, com o objetivo de se manter no poder e ao mesmo tempo conservar as velhas estruturas com as quais estava comprometido (afinal ele pertencia as antigas oligarquias gaúchas), manipulava com grande habilidade política todos os grupos no poder satisfazendo a um e a outro, conseguindo assim conciliar as várias tendências.

Esse embate de forças dentro do grupo revolucionário teria como futuras conseqüências alguns conflitos localizados como, por exemplo, o rompimento do Partido Democrático Paulista com o interventor João Alberto em março de 1931. Entre 1931 e 1932 intensificaram-se os conflitos, dentro do grupo revolucionário, entre as correntes tenentistas e as oligarquias dissidentes. Enquanto os revolucionários se enfraqueciam, estes últimos se reaproximavam e formavam no início de 1932 as Frentes Únicas iniciando a luta pela reconstitucionalização do país.

Estes fatos culminaram em julho de 1932 na Revolução Constitucionalista em São Paulo. Este movimento mesmo tendo sido derrotado por Vargas causaria meses depois, a convocação da desejada assembléia constituinte. A partir desse momento iniciou-se a rearticulação das oligarquias e a vitória destas em vários estados fazendo com que Vargas desse um novo rumo a sua política procurando se reaproximar desses grupos nos estados. A escolha de Mário Câmara para interventor do Rio Grande do Norte tinha o objetivo de aproximar Vargas do Partido Popular, vencedor da eleição no Estado, e representante direto da antiga oligarquia do Seridó comandada por José Augusto.

3.1 - Primeiros Conflitos

No Rio Grande do Norte os primeiros problemas surgiram logo no início com a instalação do governo revolucionário. A primeira iniciativa dos comandantes militares que aqui chegaram foi convidar um antigo integrante da oligarquia o Desembargador Silvino Bezerra Neto, que era irmão de José Augusto, para assumir o

⁵ Sobre Revolução Constitucionalista de São Paulo ver: CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*, pp. 281-341.

Governo Revolucionário. Esta atitude provocou de imediato a reação de Café Filho que reuniu seus seguidores e dirigiu-se ao palácio para apresentar aos revolucionários sua insatisfação.⁶ 7-23/26

Este fato deu início a uma nova fase política na história do Rio Grande do Norte marcada por uma instabilidade política resultante de constantes divergências dentro do novo grupo no poder. O procedimento dos militares colocou em dúvida os objetivos e as mudanças propostas pela revolução. Silvino Bezerra recusou o convite. Constituiu-se uma Junta Governativa Provisória que fez nomeações para cargos de homens ligados à oligarquia decaída e a Café Filho como uma forma de acomodar os grupos antagônicos. Estes atos aumentaram as divergências e a insatisfação cafeísta revelando a falta de coesão dentro do grupo revolucionário.

As relações entre as duas correntes que fizeram a Revolução no Rio Grande do Norte foram marcadas por disputas, rivalidades e conflitos exacerbados. Como afirma Lindoso:

*“A Corrente Liberal – de Silvino Bezerra, Dinarte Mariz, Bruno Pereira e outros – estava cada vez mais convencida de que a Revolução fugia a seus compromissos, prolongando a situação discricionária e postergando indefinidamente o reencontro com a ordem constitucional. Para os liberais uma prova segura dessa disposição era o prestígio dado no Estado, ao caféismo, cuja sustentação política assentava, segundo a visão do grupo, na agitação das massas operárias”.*⁷

As duas correntes romperam definitivamente em junho de 1932 e da cisão surgiu o Partido da União Democrática Norte-Rio-Grandense, dirigido pelo monsenhor João da Matha. Inspirou-se nas Frentes Únicas do Sul do país empunhando a bandeira da constitucionalização. Mais tarde, esse grupo se uniu ao de José Augusto e formaram o Partido Popular que traria os antigos oligarcas de volta ao poder no estado.

Deflagrada a revolução, os oligarcas que estavam no poder foram afastados. O governador Lamartine fugiu às pressas e muitos outros perrepipistas amargaram um período de enclausuramento em suas próprias casas sob os insultos e “*pilhérias*” de

⁶ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, p. 64.

⁷ LINDOSO, José A. Spinelli. *A Reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas (1930-1935)*, p.167.

arruaceiros e revolucionários. No entanto, Furtado afirma que os “*anti-revolucionários*” logo se organizaram “*sob a oculta orientação*” de José Augusto.⁸

A revolta dos partidários dos políticos tradicionais pode ser vista no relato de Edgar Barbosa sobre as primeiras interventorias no estado/

*“...o pensamento dos sensatos, raramente se aproximava do carnaval ephemero, onde os arlequins, travestidos de fantasia revolucionária, pontificavam principios. Com efeito, nem o Sr. Irineu, nem o capitão Aluisio, nem o moscovita Cascardo, nem o Comte. Bertino conseguiram atrair affeições politicas ou chamar ao seu destino solidariedades partidárias”.*⁹

As lutas maiores se travariam no âmbito político-partidário/~~como veremos a seguir.~~

3.2 - De Joffily a Dutra: conflitos políticos, Constituinte Nacional e a rearticulação oligárquica



Nesta nova fase da política brasileira as interventorias constituíram-se no elemento chave das relações do governo central com os estados. Representou efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias estaduais através da perda de suas autonomias nos estados. Evidentemente, o controle do Governo Federal sobre os grupos dominantes regionais através das interventorias, não seria absoluto. Como já vimos, de várias formas, algum tipo de composição foi tentada entre os interventores e os grupos tradicionais de cada estado como uma forma de possibilitar que os conflitos fossem absorvidos dando condições de funcionamento das máquinas estaduais subordinadas ao poder central.¹⁰

Instalado o novo governo no Rio Grande do Norte logo se iniciaram as insatisfações por parte dos políticos tradicionais, expressas através de ataques e pressões ao interventor. Esta fase foi marcada pela constante rotatividade na administração, motivada

⁸ FURTADO, João Maria. *Vertentes*, p. 86; em entrevista ao programa Memória Viva o Sr. Cortez Pereira relata o momento de infância onde seu pai “*deputado perrepista há três ou quatro dias*” era obrigado a manter-se com as portas e janelas fechadas sob pilhérias e insultos. Ver: PEREIRA, José Cortez. *Entrevista ao programa Memória Viva*, pp. 220-221.

⁹ BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha*, p. 15 (mantido a ortografia original).

¹⁰ Sobre este assunto ver: DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estruturas de poder relações de classes*, pp. 109-117.

pelas contradições entre a nova classe dominante e a dos políticos tradicionais. Alguns pontos foram fundamentais para dificultar as relações entre interventores e as forças locais: interventores militares ou “estrangeiros”, falta de habilidade política destes, a estrutura local alicerçada numa forte base agrária, divisões dentro da própria ala governista e a falta de apoio do governo central aos seus representantes no estado.¹¹

Durante a Interventoria de Joffily, foi prestigiada a facção cafeísta com Café Filho ocupando o cargo de Chefe de Segurança Pública. Por imposição de Juarez Távora foi nomeado o Sr. Nestor Lima - que era conservador e ligado aos políticos tradicionais - para o cargo de Secretário Geral do Governo. No seu governo o interventor agiu com austeridade não dando importância aos interesses clientelísticos das chefias tradicionais. Isto chocou-se com a política coronelística mantida pelos políticos tradicionais. Joffily causou antipatia a estes políticos quando iniciou uma política de demissões ao mesmo tempo em que substituiu os funcionários demitidos por paraibanos. Aldo Fernandes relata: “com ele veio uma sícia de paraibanos, que ficou com todos os cargos importantes (...) tomaram conta do Rio Grande do Norte. Isso foi uma coisa má para a revolução, porque revoltou todo o estado”.¹²

A renúncia de Nestor Lima, as demissões de funcionários, a hostilidade aos chefes políticos entre outros motivos foram as principais causas da oposição contra Joffily.

A segunda Interventoria, sob o comando de Aluísio Moura, refletiu bem a “confusão” que pairava sobre os grupos políticos do estado ora apoiando, ora combatendo o Interventor, seja este grupo tradicional ou revolucionário.

No início Aluísio Moura conseguiu o apoio de todos os grupos políticos locais, com exceção apenas do grupo de José Augusto que continuava lha fazendo oposição.

Em 24 de março de 1931, o jornal *A República* divulgou a instituição da Junta de Sanções que tinha o objetivo de promover sindicâncias e apurar as responsabilidades de atos ilícitos das gestões passadas. Este fato atingiu diretamente os

¹¹ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)*, pp. 65-67.

¹² Aldo Fernandes Raposo de Melo foi deputado estadual eleito em 1929, exerceu o cargo de Administrador da Recebedoria do Estado (1930) e foi Secretário Geral do Estado no governo de Rafael Fernandes (1936). Cf. MELO, Aldo Fernandes Raposo de. *Entrevista ao programa Memória Viva*, pp. 7-8.

grupos da política tradicional aumentando o antagonismo entre os partidários de José Augusto e do interventor.¹³

Nesse mesmo período surgiu o boato de que os cafeístas estariam conspirando contra o Governo do Estado. Café Filho e vários correligionários seus foram presos. O tenente Geisel, Chefe de Segurança Pública apurou os fatos, inocentou os cafeístas e fez com que o interventor publicasse uma nota no jornal *A República* reparando o mal entendido.¹⁴

A partir deste momento Moura passou a ceder cada vez mais aos políticos do antigo regime, favorecendo as chefias políticas tradicionais do interior. Iniciou-se uma crise política e os cafeístas deixaram de apoiar o interventor enquanto que as chefias políticas ligadas ao partido de José Augusto, setores da própria Aliança Liberal que eram anti-cafeístas e um expressivo contingente de militares passaram a defender o interventor. O grupo que apoiava Moura tornou-se totalmente heterogêneo. No entanto, sua aproximação maior com os políticos tradicionais o fez afastar-se das idéias revolucionárias levando Juarez Távora sugerir a Vargas sua substituição.

O período entre fins de 1931 e o primeiro semestre de 1932 caracterizou-se pelas lutas a nível nacional dentro do próprio grupo revolucionário. Os setores tenentistas apoiavam a continuidade do regime arbitrário até que fosse concluída a moralização do país. Já os revolucionários oriundos das oligarquias dissidentes defendiam a imediata reconstitucionalização do país e a autonomia dos estados.

O movimento revolucionário paulista influenciou o clima político do Rio Grande do Norte. Nesse período estava no governo o Interventor Herculino Cascardo que mesmo defendendo o pensamento tenentista procurava governar alheio às lutas políticas locais. E com isso havia conseguido uma fase de passividade no início do seu governo. Mas, Cascardo havia reformulado a cobrança do imposto territorial no Estado e isso provocou uma imediata e intensa reação da imprensa oposicionista. Travou-se uma verdadeira batalha entre o jornal oficial e a imprensa de oposição. Este fato, somado a agitação que tomava conta do país com a campanha constitucionalista, encerrou esta fase "pacífica" da Interventoria Cascardo.¹⁵

¹³ DENTRO do programa revolucionário. *A República*, Natal, 24 mar. 1931.

¹⁴ NOTA OFICIAL. *A República*, Natal, 31 mar. 1931.

¹⁵ LINDOSO, José A. S., op. cit., pp. 123-146.

Segundo Lindoso, esta fase “pacífica” atribuída ao governo de Cascardo havia sido “celebrada” pelo próprio interventor em carta a Osvaldo Aranha. Mas, no final de 1931, a campanha constitucionalista no Rio Grande do Norte ganhou um novo rumo com os jornais oposicionistas defendendo o regime federativo e publicando farto material sobre o desenrolar da campanha em todo o país. Estes fatos demonstravam o fim dessa fase política:

*“As conspirações perrepistas, as fricções entre as facções cafeísta e liberal, a propaganda constitucionalista e a luta que se abriria, ao final do ano, contra o novo imposto territorial, considerado “comunizante”, apontavam para uma nova fase, em surgimento, em que as correntes, antes “congregadas”, agora se distanciavam”.*¹⁶

O quadro político nacional era complicado. No novo regime a indefinição das regras causava instabilidade. Vargas paulatinamente atendia as reivindicações dos constitucionalistas. Os rumos tomados pela política nacional cada vez mais desagradavam Cascardo que passou a criticar a ação do governo e a falta de unidade na ação dos Interventores.

O movimento constitucionalista de São Paulo influenciou a política no Rio Grande do Norte a ponto de as duas correntes que lutavam politicamente mandarem contingentes para lutarem em São Paulo.¹⁷

Aqui a influência desse movimento causou divergências dentro do grupo revolucionário que culminou no rompimento entre as duas correntes que formavam esse grupo: A liberal e a cafeísta. A corrente liberal era favorável a constitucionalização e mais tarde juntou-se ao grupo liderado por José Augusto.¹⁸

Como vimos no início deste capítulo, a revolta paulista mesmo derrotada militarmente por Vargas fez com que o chefe do governo provisório convocasse eleições constitucionais para 1933, o que reacenderia a chama das oligarquias afastadas do poder em 1930.

¹⁶ Ibid., p. 146.

¹⁷ Cf. AS FORÇAS POTIGUARES. *A República*, Natal, 30 jul. 1932.

¹⁸ Cf. UNIÃO DEMOCRÁTICA Norte-riograndense. *A República*, Natal, 19 jun. 1932.

Apesar da campanha dos interventores contra os velhos costumes políticos, as forças tradicionais logo puderam se reagrupar tendo em vista a reconstitucionalização do país. E à sombra desse movimento, fortalecido após os acontecimentos de 1932 em São Paulo, se iniciou a rearticulação da velha oligarquia do estado que resultou posteriormente na sua volta ao poder.

A esse tempo governava o Rio Grande do Norte o interventor Bertino Dutra que aliou-se a Café Filho. Foi um período agitado ainda pela influência do movimento constitucionalista. A Interventoria fez ameaças e advertiu o povo contra a “*exploração dos revolucionários*”. O Departamento de Segurança Pública tomou medidas autorizando os delegados a desarmar todos os que fossem encontrados armados e advertiu o operariado através do jornal *A República*: “*A Diretoria de Segurança Pública previne também o operariado, a fim de não se deixar envolver em movimento de agitações que, porventura seja urdido por meia dúzia de indivíduos que se dizem comunistas*”.¹⁹

No entanto, a luta maior se deu no âmbito partidário com a disputa pelas eleições para a Constituinte Nacional pelo Partido Popular representante direto da facção oligárquica (José Augusto) e pelo Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte que representava a União Bertino Dutra – Café Filho.

O Partido Popular foi formado pela coalizão de forças entre as antigas lideranças do Partido Republicano e as novas lideranças que surgiram na Revolução de 30 (Dinarte Mariz, Mons. João da Matha, Gentil Ferreira). Sob o comando de José Augusto percorreram o estado arregimentando o apoio dos coronéis e ao mesmo tempo enfrentando ameaças dos simpatizantes do Interventor.²⁰ Enquanto isso, Dutra e Café Filho procuravam o apoio de chefes políticos tradicionais divergentes ou desafetos da política de José Augusto e Lamartine.

A campanha se deu num clima de acusações de ambos os lados. O Partido Popular denunciava violência e repressão por parte das autoridades estaduais e acusava os adversários de comunistas e de serem a favor do divórcio e da desagregação da família.²¹

O resultado das eleições deu a vitória ao Partido Popular que elegeu três deputados contra um do Partido Nacionalista. Estava clara a força da política tradicional.

¹⁹ DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A República*, Natal, 02 agosto 1932.

²⁰ Cf. BARBOSA, Edgar, op. cit., pp. 18-20.

²¹ CAMPANHA deselegante e capciosa. *A República*, Natal, 19 mar. 1933.

O clima de tumulto continuou após as eleições. Gentil Ferreira, Dinarte Mariz e Eloi de Souza foram afastados do estado sob acusações do interventor de estarem perturbando a ordem pública.²²

Dutra justificou a Vargas a derrota denunciando a falta de apoio do próprio governo central que permitiu o envolvimento de políticos governistas com os oposicionistas locais causando desprestígio à sua administração. Denunciou o apoio de Osvaldo Aranha (Ministro da Justiça) a José Augusto e o fato da justiça do Estado ter se dedicado à causa oposicionista.²³

Os rumos tomados pela política estadual, com a vitória da velha oligarquia, juntamente com a preocupação de Vargas em eleger-se Presidente Constitucional levaram ~~Gentil~~ a tomar novas medidas com relação ao Rio Grande do Norte: A tentativa de se aproximar do grupo de José Augusto. E esta seria a missão do novo interventor Mário Câmara.

3.3 - Mário Câmara: conflitos políticos, Constituinte Estadual e a volta da oligarquia ao poder.

Como vimos no capítulo anterior, a missão de Mário Câmara de se aproximar do grupo de José Augusto fracassou. As tentativas de acordo em nada resultaram e encerradas as negociações iniciou-se um violento confronto político entre as duas facções. As lutas ocorreram no decorrer da campanha política que definiu a Constituinte Estadual, deputados para o Congresso Nacional e a eleição indireta do Governador do Estado.

Ao ser designado para a Interventoria do Rio Grande do Norte, Mário Câmara recebeu a missão do próprio Vargas para se aproximar do grupo liderado por José Augusto. Em entrevista ao programa Memória Viva, Otto Guerra, que foi secretário da Interventoria Mário Câmara, afirmou que ele lhe confessou a intenção de Vargas. Segundo Otto Guerra, Vargas havia dito para Mário Câmara que

“... no Rio Grande do Norte, inegavelmente, a influência maior é de José Augusto, homem que não é de confiança da Revolução, porque vem do

²² MARIZ, Marlene da Silva, op. cit. , pp. 108-109.

²³ Ibid. , pp. 109-110.

regime passado. Mas você não pode estar contra ele, porque se você estiver contra ele vai encontrar dificuldades. De sorte que eu lhe peço o seguinte: seu primeiro cuidado será aproximar-se do grupo José Augusto, mas manobrar de tal forma, que você fique mandando e não ele. Essa é a primeira hipótese. Se você não conseguir isto, você funda um partido[segunda hipótese]. Agora, se você fundando um partido verificar que ainda está em minoria, mas veja bem, só em terceira hipótese, alie-se ao Café Filho".²⁴

E foi isto que aconteceu. Fracassados os acordos, Mário Câmara fundou seu partido (Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte) e posteriormente, há poucos dias das eleições, aliou-se a Café Filho numa Frente Única que designou-se Aliança Social.

Sem perspectiva de acordo, Mário Câmara, segundo afirma Edgar Barbosa, insinuou ameaças e juras vingativas ao Partido Popular dando início a uma situação de insegurança que se tornaria cada vez mais terrível: “o prelúdio da longa série de violências desmoralizadoras e perversas”.²⁵ Em dois de maio foi assassinado o chefe político do Partido Popular em Apodi, o Coronel Francisco Pinto. Tiveram início os conflitos políticos.²⁵

O clima de desordem tomava conta do estado: tiroteio em Parelhas, surra no Padre Esmerindo Gomes, em São José, surra no Coronel Felinto Elísio, de Jardim do Seridó, demissões arbitrárias, tudo isso era motivo para a oposição culpar o interventor que se defendia alegando que os fatos resultavam de desavenças pessoais e não de motivos políticos.

A posição de Vargas frente à situação do estado era de ambigüidade. Recebia acusações dos dois lados e prometia soluções para ambos. Em alguns momentos é possível observar a decepção de Vargas em relação ao interventor Mário Câmara. Vargas enviou para o Estado o Sr. João Neiva, com o objetivo de observar a situação do Estado evidenciando sua desconfiança com a atuação de Câmara. O Interventor logo denunciou que o Sr. Neiva penderia para o lado da oposição.²⁶

A luta política se dava principalmente através da imprensa. O jornal *A Razão*, órgão do Partido Popular, todos os dias trazia matérias sobre esse partido, críticas e insinuações sobre “o desespero” do Interventor Mário Câmara. O edital era escrito por José

²⁴ GUERRA, Otto de Brito. *Entrevista ao programa Memória Viva*, pp. 408-410.

²⁵ BARBOSA, Edgar, op. cit., pp. 38-42.

²⁶ MARIZ, Marlene da Silva, op. cit., pp. 121-121.

Augusto. Com o objetivo de “*impressionar os natalenses. A Razão sempre trazia adesões, que os adversários chamavam de adesões fantasmas*”. Por seu lado, o interventor publicava através de *A República* o crescimento do seu partido e destacava a “*debandada dos políticos que se encontravam praticamente no Partido Popular deixando a oposição e passando a apoiar o Interventor Mário Câmara*”.²⁷

O Partido Popular indicou como candidato ao governo o Sr. Rafael Fernandes, enquanto o interventor Mário Câmara foi o candidato natural da situação.

No início de outubro de 1934, cada vez mais agitado o clima político frente a proximidade das eleições, José Augusto encaminhou ao Supremo Tribunal Eleitoral várias denúncias de irregularidades: no alistamento eleitoral; na divisão dos cartórios dos municípios e na importação de cangaceiros para a guarda civil (força policial que servia o Interventor). O STE concede um grande número de *habeas corpus* aos candidatos do Partido Popular que alegavam sofrer coação da polícia. Por outro lado, os jornais partidários da Aliança Social denunciavam o “*uso da violência por parte de membros do Partido Popular, especialmente no interior, por jagunços dos coronéis a serviço dos populistas*”.²⁸

As eleições se deram num clima de conflitos e desordens. A situação de insegurança era formada por ameaças dos delegados partidários do Interventor, revistas de eleitores e a formação de piquetes e barreiras policiais nas estradas. Em alguns municípios as eleições não foram realizadas e em outros um número expressivo de seções foram impugnadas sendo necessária a convocação de eleições suplementares. A primeira apuração deu a vitória da Aliança Social sobre o Partido Popular. Mas, esse resultado logo foi contestado por vários recursos e novas apurações foram iniciadas.

Mário Câmara foi acusado de ter alterado durante o seu governo a composição do Tribunal Eleitoral para atender a seus interesses políticos.²⁹

A segunda fase da apuração somente foi concluída em outubro de 1935 e deu a vitória ao Partido Popular que elegeu três deputados federais e quatorze deputados para a

²⁷ LIMA, José Airton de. *História das campanhas populares do Rio Grande do Norte*, p. 48.

²⁸ COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*, pp. 43-44.

²⁹ SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*, p. 185.

Constituinte Estadual. A Aliança Social elegeu dois deputados federais e onze estaduais. Com esse resultado foi eleito Rafael Fernandes para o Governo do Estado.³⁰

Mesmo com o resultado final das eleições o clima no estado continuou agitado. Mário Câmara ainda tinha esperança que Vargas não permitisse à oposição assumir o governo do Estado. No entanto, Vargas não apoiou qualquer tipo de golpe contra Rafael Fernandes ao que tudo indica devido à falta de respaldo militar de Mário Câmara.

O ambiente político continuou tenso. Segundo Aldo Fernandes, os boatos davam conta de que os eleitos do Partido Popular não haveria de se reunir. “*O governo não consentiria*”. Resolveram então fugir para a Paraíba de onde só voltariam para a eleição de Rafael Fernandes protegidos por *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Eleitoral e por forças federais.³¹

Assim se dava o desfecho da agitada e violenta campanha que marcou a volta do antigo grupo oligárquico, liderado por José Augusto, ao poder no Rio Grande do Norte. O novo governador, logo no início do mandato, extinguiu a Guarda Civil (que servia a Mário Câmara) provocando um clima de revolta em seus integrantes. João Maria Furtado afirma (e Homero confirma) que o novo governo criara um problema social “*artificial e criminoso*”, além de um “*caldo de cultura de revolta dos injustiçados sem culpa*” fato este que levou alguns destes a fazerem parte do levante comunista de 23 de novembro de 1935.³²

Com a derrota do levante o governo de Rafael Fernandes ficou mais forte e tornou-se aliado do Governo Vargas contra qualquer forma de oposição. O Partido Popular consolidou-se no poder.

³⁰ Ibid. , p. 186.

³¹ MELO, Aldo Fernandes Raposo de, op. cit. , p.12.

³² Ver: FURTADO, João Maria, op. cit. , p.122; COSTA, Homero de Oliveira, op. cit. , p. 54.



CONCLUSÃO

No contexto da Primeira República no Brasil paulistas e mineiros, respaldados nos mecanismos da política dos governadores, mantiveram a hegemonia política sobre os estados menos desenvolvidos economicamente. A partir de 1920, a diversificação econômica causou o desenvolvimento do setor industrial e o crescimento dos centros urbanos fazendo surgir uma nova estrutura social. Os primeiros sinais do desgaste político desses governos oligárquicos surgiram com o movimento tenentista que protestava contra suas práticas políticas.

Esse desgaste político teve como consequência a formação da Aliança Liberal que representou os interesses regionais e tenentistas contra a política do governo Washington Luís. O fim do pacto das oligarquias paulista e mineira e a crise econômica mundial reforçou o desfecho do golpe em outubro de 1930.

O Rio Grande do Norte, inserido nesse contexto, era um estado economicamente pobre e atrasado ficando à margem da política nacional. Sua classe econômica hegemônica dominava com base nas relações coronelísticas e sua economia era basicamente agrária sendo o poder dominado por oligarquias.

Na década de vinte despontou no cenário político João Café Filho, advogado que organizava sindicatos trabalhistas e posteriormente tornou-se um dos líderes revolucionários do estado.

O governo repressivo de Juvenal Lamartine impediu maiores manifestações da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte. Como Café Filho, principal revolucionário do estado, estava na Paraíba no momento da deflagração da revolução, não foram percebidas aqui maiores manifestações de apoio naquele momento. Somente a 05 de outubro as forças revolucionárias chegaram a Natal. No momento que os revolucionários assumiram o poder iniciaram-se as divergências políticas entre as forças que compunham a Aliança Liberal no estado (cafeístas e liberais).

O período interventorial foi marcado por constantes crises políticas. Logo após iniciado o governo do primeiro interventor, os grupos políticos tradicionais, que ao serem afastados do poder permaneceram cautelosamente em silêncio, logo passaram a externar suas insatisfações através de ataques e pressões aos interventores. A falta de uma

base política no estado fez com que os governos dos interventores tivessem curta duração causando constantes mudanças no quadro político local. Estas mudanças na interventoria do Rio Grande do Norte deixaram evidente a falta de apoio do governo central aos interventores.

Na tentativa de inserir o Rio Grande do Norte no novo contexto político brasileiro, Juarez Távora, comandante da revolução no Norte e no Nordeste, esteve sempre presente nos momentos de conflitos e desde o início influenciava no governo dos interventores dando cargos a políticos ligados às oligarquias numa tentativa de amenizar os conflitos.

Nas interventorias Bertino Dutra e Mário Câmara as lutas se deram no âmbito político-partidário. Esse período foi marcado pela influência do Movimento Constitucionalista de São Paulo cuja principal consequência foi a convocação das eleições para a Constituinte Nacional. Este foi um fato importante porque selou o enfraquecimento do tenentismo e a rearticulação oligárquica obrigando Getúlio a dar novos rumos à sua política de centralização do poder através da reaproximação com os velhos grupos oligárquicos.

No Rio Grande do Norte a escolha do civil Mário Câmara para a interventoria teve o objetivo explícito de tentar uma aproximação com o grupo de José Augusto. No entanto, para a decepção de Vargas, as negociações não deram o resultado desejado e o que se viu foi uma acirrada luta política que culminou com a vitória do grupo tradicional da política norte-riograndense e conseqüentemente a derrota de Mário Câmara.

Aqui podemos nos perguntar: teria a derrota de Mário Câmara significado realmente a derrota de Vargas?

Como vimos no decorrer de todo o período interventorial a falta de apoio do governo central aos seus representantes ficou clara, sobretudo quando dizia respeito a conflitos envolvendo os velhos políticos. Isto foi o motivo da renúncia ou demissão de todos os interventores do Rio Grande do Norte. A posição de Vargas diante dos conflitos no estado sempre foi dúbia. No caso dos conflitos gerados durante a interventoria Mário Câmara, Vargas habilmente manipulava com as duas correntes em luta: recebia os deputados do Partido Popular e mostrando-se impressionado com as reclamações destes prometia-lhes providências, ao mesmo tempo em que, colaborava com o governo de

justificava?

liberdade! } Câmara enviando-lhe ajuda. Outro fato evidente dessa posição do Chefe de Governo é o comentário do deputado Alberto Roselli sobre o caráter “impassível” de Vargas: “*Ele nem sequer tem o trabalho de resolver. O tempo se encarrega de dar a solução adequada. E ele fica com quem vence, sem nunca se comprometer*”.¹

As primeiras eleições para a Constituinte Federal trouxeram de volta ao cenário político os velhos políticos do antigo regime deixando claro que a força desse grupo não havia sido abalada com a Revolução de 1930. Vargas, consciente disso, logo procurou unir-se a estes. A tentativa de união aqui no estado não funcionou e a consequência foi uma campanha agitada e violenta. A apuração final deu a vitória ao Partido Popular. Os velhos políticos oligárquicos voltaram triunfantes ao poder. No entanto, Vargas nada perderia, pois como disse Roselli, “*ele fica com quem vence*”²

→ ? Dessa forma ocorreu a inserção do Rio Grande do Norte no novo contexto político nacional nascido com a Revolução de 1930. Os grupos da política tradicional não aceitaram o governo dos interventores e os que estes apoiavam lutavam e divergiam dentro do próprio grupo. Os cafeístas não eram simpáticos aos militares. E assim, os conflitos foram minando o governo revolucionário no Estado.

Em suma, como afirma Maria do Carmo Campelo:

“o desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma modernização conservadora (...) a almejada implantação de um estado forte e centralizado significou de fato, não a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central”.³

¹ SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*, pp. 162-189. Roselli fala da atitude de Vargas a respeito do jogo de influências onde tanto o Partido Popular como Mário Câmara procurava apoio junto ao governo federal.

² *Ibid.*, p. 162.

³ SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, p. 85.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Jornal

A República, Natal, 1931 – 1934.

1.2 Entrevistas ?

?
TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA DE NATAL. Programa **Memória Viva**. Natal: Nossa Editora, 1987. Entrevistas com Aldo Fernandes, Cortez Pereira, Enoch Garcia, João Medeiros Filho, Otto Guerra e outros.

2. Bibliografia

BARBOSA, Edgar. **História de uma Campanha**. Natal: Imprensa Oficial, 1936.

CABRAL, João Batista Pinheiro. Considerações sobre o ideário da Revolução de 30. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, n. 72/73, pp.127-133, 1979/1980.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1966.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **A República Velha, I - Instituições e classes sociais (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1978.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. Natal: Cooperativa Cultural, 1995.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. t.3, v.3, cap. 2, pp.77-120.

- FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1978. t.3, v.2.
- _____. **A Revolução de 1930**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FURTADO, João Maria. **Vertentes**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpio, 1976.
- GUERRA, Otto. Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, v. 77/78; pp. 148-151, 1985/1986.
- LEVINE, Robert M. A Revolução de 1935 – 1ª parte: Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, v. 68/69; pp. 121-135, 1976/1977.
- LIMA, Hermano M. F., TAKELA, Denise Monteiro. **História político-administrativa da agricultura do Rio Grande Do Norte - 1892/1930**. Natal: UFRN, 1987.
- LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal: Coojornat, 1987.
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas (1930-1935)**. São Paulo: UNICAMP, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte | 1930-1934**. Brasília: Senado Federal, 1984.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. t. 3, v.1, cap. 3, pp. 155-156.
- SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. t.3, v.1, cap. 9, pp. 448-506,
- SKDIMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- SOARES, Gil. O tenentismo em Natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, v. 73/74; pp. 107-112, 1981/1982.

~~SOARES, Gil~~. Herculino Cascardo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, v. 75/76, pp. 72-75, 1983/1984.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930**. Natal: Senado Federal, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

~~SOUZA, Maria do Carmo Campelo~~. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva**. 15. ed. São Paulo: Difel, 1985.

SPINELLI, José Antonio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35**. Natal: EDUFRN, 1996.